



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

MARÇO/2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**

### **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria da CGU nº 2546.

Goiânia, 03/2011

## **LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
DDRH – Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG  
DN – Decisão Normativa  
IFB – Instituto Federal de Brasília – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília  
IFG – Instituto Federal de Goiás – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
IN – Instrução Normativa  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização  
PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado  
PROAPP – Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa  
RG – Relatório de Gestão  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SOF – Secretaria de Orçamento Federal  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## **LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E PARECERES**

Título ..... Página

### **QUADROS**

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro 2.1 - Os novos Campi do IFG a serem implantados.....	14
Quadro 2.2 - Os arranjos locais.....	14
Quadro 2.3 - Ações externas do IFG de ordem institucional.....	16
Quadro 2.4 - Composição do Conselho Superior.....	18
Quadro 2.5 - Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	22
Quadro 2.6 - Composição das Câmaras do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	23
Quadro 2.7 - Execução Física das Ações Realizadas pelo IFG.....	25
Quadro 2.8 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	28
Quadro 2.9 - Programação de Despesas Correntes.....	28
Quadro 2.10 - Programação de Despesas de Capital.....	29
Quadro 2.11 - Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	30
Quadro 2.12 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	32
Quadro 2.13 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.....	34
Quadro 2.14 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	35
Quadro 2.15 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	36
Quadro 2.16 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	38
Quadro 2.17 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	39
Quadro 2.18 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	40
Quadro 3.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	42
Quadro 4.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	43
Quadro 4.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária.....	44
Quadro 4.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade.....	44
Quadro 4.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	45
Quadro 4.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	45
Quadro 4.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	45
Quadro 4.7 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	47
Quadro 4.8 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	49
Quadro 4.9 - Contratos de Prestação de Serviços de com Locação de Mão de Obra.....	51
Quadro 4.10 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.....	55
Quadro 4.11 - Número de servidores avaliados.....	56
Quadro 5.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ.....	58
Quadro 5.2 - Equipe de Auditoria Interna.....	60
Quadro 5.3 - Capacitação da Equipe de Auditoria Interna.....	61
Quadro 6.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	62
Quadro 7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	64
Quadro 7.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	65
Quadro 8.1 - Gestão de TI da UJ.....	67

Quadro 9.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador .....	68
Quadro 9.2 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	68
Quadro 9.3 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série histórica) .....	69
Quadro 10.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	70
Quadro 10.2 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	74
Quadro 10.3 - Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	85
Quadro 11.1 - Especificação do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.....	86
Quadro 11.2 - Especificação do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.....	87
Quadro 11.3 - Especificação do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.....	89
Quadro 11.4 - Especificação do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	90
Quadro 11.5 - Especificação do Indicador 05 – Gastos com créditos recebidos por movimentação.....	91
Quadro 11.6 - Especificação do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.....	93
Quadro 11.7 - Especificação do Indicador 07 – Relação candidato por vaga.....	97
Quadro 11.8 - Especificação do Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.....	99
Quadro 11.9 - Especificação do Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.....	100
Quadro 11.10 - Especificação do Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.....	102
Quadro 11.11 - Especificação do Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.....	104
Quadro 11.12 - Especificação do Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral.....	105
Quadro 11.13 - Detalhamento do Corpo Docente (efetivos e temporários) e suas respectivas titulações e carga horária.....	107
Quadro 11.14 - Índice de Titulação do Corpo Docente.....	108
Quadro 11.15 - Especificação do Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.....	110
Quadro 11.16 – Quantidade de bolsas concedidas no IFG aos estudantes.....	112

## TABELAS

Tabela 11.1 – Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.....	86
Tabela 11.2 – Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.....	88
Tabela 11.3 – Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.....	89
Tabela 11.4 – Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	90
Tabela 11.5 – Indicador 05 – Gastos com créditos recebidos por movimentação.....	92
Tabela 11.6 – Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.....	94
Tabela 11.7 – Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.....	96
Tabela 11.8 – Indicador 07 – Relação candidato por vaga.....	97
Tabela 11.9 – Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.....	99
Tabela 11.10 – Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.....	101
Tabela 11.11 – Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.....	102
Tabela 11.12 – Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.....	104
Tabela 11.13 – Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral.....	106
Tabela 11.14 – Índice de Titulação do Corpo Docente.....	109
Tabela 11.15 – Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.....	111

## GRÁFICOS

Gráfico 11.1 – Evolução do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.....	87
Gráfico 11.2 – Evolução do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.....	88
Gráfico 11.3 – Evolução do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.....	90
Gráfico 11.4 – Evolução do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.....	91
Gráfico 11.5 – Evolução do Indicador 05 – Gastos com créditos recebidos por movimentação.....	93
Gráfico 11.6 – Evolução do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.....	95
Gráfico 11.7 – Gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios.....	96

---

Gráfico 11.8 – Evolução da concorrência.....	98
Gráfico 11.9 – Potencial de vagas ofertadas.....	100
Gráfico 11.10 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/alunos.....	102
Gráfico 11.11 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente..	104
Gráfico 11.12 – Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.....	105
Gráfico 11.13 – Potencial da força de trabalho do corpo docente.....	107
Gráfico 11.13 – Evolução da titulação do corpo docente.....	110
Gráfico 11.14 – Renda per capita familiar dos discentes do IFG em 2010.....	111

## FOTOS

Foto1 – Fachada do Campus Anápolis.....	09
Foto 2 – Pátio do Campus Formosa.....	25
Foto 3 – Fachada do Campus Goiânia.....	46
Foto 4 – Fachada do Campus Inhumas.....	57
Foto 5 – Fachada do Campus Itumbiara.....	63
Foto 6 – Estudantes de Agrimensura do Campus Jataí.....	87
Foto 7 – Estudantes do Campus Luziânia.....	87
Foto 8 – Fachada do Campus Uruaçu.....	87

## **SUMÁRIO**

<b>ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1. IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>12</b>
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	12
2.1.1. <i>Competência Institucional.....</i>	<i>12</i>
2.1.2. <i>Objetivos Estratégicos.....</i>	<i>13</i>
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	14
2.2.1. <i>Análise do andamento do Plano Estratégico da UJ.....</i>	<i>14</i>
2.2.2. <i>Análise do Plano de Ação da UJ em 2010 .....</i>	<i>16</i>
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO IFG .....	25
2.3.1. <i>Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do IFG.....</i>	<i>25</i>
2.3.2. <i>Execução Física das Ações realizadas pelo IFG .....</i>	<i>25</i>
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	28
2.4.1. <i>Programação Orçamentária das Despesas.....</i>	<i>28</i>
2.4.2. <i>Execução Orçamentária das Despesas .....</i>	<i>34</i>
2.4.3. <i>Indicadores Institucionais .....</i>	<i>41</i>
<b>CAPÍTULO 3. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO 4. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>43</b>
4.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	43
4.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	44
4.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	45
4.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS .....	47
4.5. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	48
4.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS .....	56
<b>CAPÍTULO 5. CONTROLES INTERNOS DO IFG.....</b>	<b>58</b>
5.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DO IFG.....	58
5.2. RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO DO IFG .....	59
<b>CAPÍTULO 6. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO 7. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL .....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 8. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>CAPÍTULO 9. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....</b>	<b>68</b>
9.1. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	68
9.2. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	68

---

<b>CAPÍTULO 10. ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO .....</b>	<b>70</b>
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	70
10.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO .....	74
10.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	74
10.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO .....	85
<b>CAPÍTULO 11. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ .....</b>	<b>86</b>
11.1. INDICADORES DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	86
11.2. INDICADORES DA GESTÃO ACADÊMICA .....	97
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>114</b>
ANEXO 1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	
ANEXO 2. DADOS BÁSICOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES	
ANEXO 3. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL DO IFG	
ANEXO 4. DECLARAÇÃO DO SETOR RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS SIASG E SICONV	
ANEXO 5. DECLARAÇÃO DO SETOR RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	
ANEXO 6. RELATÓRIO DE CORREIÇÃO	



## ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Com a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), a Reitoria está trabalhando na elaboração do novo regimento da Instituição. Para tanto abriu em 15 de dezembro de 2010 a 28 de abril de 2011 o período de contribuições, por meio de consulta pública, para dois principais documentos da Instituição: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Regimento Geral.

PDI é o documento que orienta o planejamento da Instituição, identificando as ações e atividades a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo. O Regimento Geral é o documento que reúne o conjunto de normas que regem o funcionamento interno do IFG.

Toda a comunidade acadêmica – estudantes e servidores - e a comunidade externa poderão se manifestar por meio de contribuições, registrar suas considerações e apresentar sugestões de alteração dos documentos por meio da página eletrônica específica.

Diante disso, o organograma funcional, Anexo I deste relatório, é uma estrutura organizacional que poderá, após a conclusão da consulta pública em 2011, sofrer alterações contemplando as sugestões e contribuições de toda comunidade acadêmica do Instituto Federal de Goiás e da sociedade goiana.



Foto 1 – Fachada do Campus Anápolis.

## INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Instituição centenária, cumpre ao longo de sua história importante papel de oferecer educação profissional pública, gratuita e de qualidade.

A cada dia torna-se mais evidente a importância e a responsabilidade social do Instituto Federal de Goiás. O ensino, o desenvolvimento da pesquisa e a realização de ações de extensão, promovidos de forma articulada, contribuem efetivamente para a promoção da cidadania, para a aceleração do crescimento sustentável e para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A educação pública, gratuita e de qualidade sempre será o melhor caminho para a construção da soberania de um país, constituindo-se na forma mais legítima de combate às desigualdades sociais, preservação da natureza e promoção da harmonia e paz mundial.

No intuito de prestar contas e tornar público todas as ações realizadas no exercício de 2010 pelo Instituto Federal de Goiás à sociedade e aos órgãos de controle da Administração Pública Federal, foi elaborado este documento com base nas orientações dos órgãos de controle interno e externo<sup>1</sup> e está estruturado em capítulos que relatam a identificação do IFG; o planejamento e gestão orçamentária e financeira; a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores; a composição de recursos humanos e suas alterações no exercício; a estruturação e o tratamento das recomendações da Auditoria Interna do IFG; a sustentabilidade ambiental; o patrimônio imobiliário; a tecnologia da informação; as movimentações dos cartões de pagamento do Governo Federal; as deliberações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo; as informações específicas e relevantes do IFG que demonstram a conformidade e o desempenho da gestão no exercício; e por fim, a conclusão do documento ressaltando a atuação do IFG frente aos objetivos traçados para o exercício de 2010.

Enfim, neste documento, ao relatar as principais realizações do Instituto Federal de Goiás, fica claro o esforço institucional em dar continuidade à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás com a implantação de mais três Campi neste exercício e a reestruturação dos Campi existentes ampliando a oferta de vagas da Instituição.

Por conseguinte, a comunidade fica convidada à leitura deste relatório que se constitui num importante documento para conhecimento da Instituição e, conseqüentemente, para a avaliação propositiva desse trabalho, onde todos poderão contribuir efetivamente para o fortalecimento do Instituto Federal de Goiás.

---

<sup>1</sup> No atendimento a DN TCU nº. 107/2010 de 27/10/2010, os itens 3, 6 e 14 da Parte A do Anexo II, Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, informações sobre Transferências Recebidas e Realizadas no exercício e Renúncias Tributárias, respectivamente, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2010. Quanto a DN TCU nº. 110/2010 de 01/12/2010, os itens 3, 4, 5 e 6 do Anexo II, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2010, pois a Unidade não celebrou nenhum contrato de gestão.

Quanto às informações contábeis da gestão, sobre os registros atualizados dos contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e sobre a entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas estão apresentadas, respectivamente, nos Anexos III, IV e VI deste documento.

## CAPÍTULO 1. IDENTIFICAÇÃO

(Parte A, Item 1, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

Quadro 1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação		<b>Código SIORG:</b> 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS			
<b>Denominação abreviada:</b> IFG / Instituto Federal de Goiás			
<b>Código SIORG:</b> 451	<b>Código LOA:</b> 26429	<b>Código SIAFI:</b> 158153	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia			
<b>Principal Atividade:</b> Educação Média, Técnica, Profissional e Superior			<b>Código CNAE:</b> 8541-4
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(062) 3227-2784	(062) 3227-2764	(062) 3227-2880
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gabinete@ifg.edu.br">gabinete@ifg.edu.br</a> ; <a href="mailto:proad@ifg.edu.br">proad@ifg.edu.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.ifgoias.edu.br/">http://www.ifgoias.edu.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua 75, nº 46, Centro, CEP: 74.055-110 Goiânia/GO.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lei nº 3.552, de 16/02/1959, que dispõe sobre a organização e estrutura das ETFs;</li> <li>▪ Lei nº 8.948, de 08/12/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências;</li> <li>▪ Decreto nº 2.406, de 27/11/1997, regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências;</li> <li>▪ Decreto s/n de 22 de março de 1999, publicado no D.O.U. 23/03/1999, que dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;</li> <li>▪ Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica;</li> <li>▪ Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.</li> </ul>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.</li> <li>▪ Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, aprovado pelo Ministério de Estado da Educação através da Portaria nº 833 de 19/05/1999, publicado no D.O.U. em 20/05/1999;</li> </ul>			

- Decreto nº 5.224, de 01/10/2004, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências;
- Portaria do MEC nº 538, de 31 de maio de 2007, publicado no D.O.U. em 01/06/2007, que aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;
- Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007, que altera e acresce dispositivos ao do Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e dá outras providências;
- Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, aprovado pelo Conselho Diretor e formalizado através da Portaria nº 488, de 27/08/2009, publicado no D.O.U. em 28/08/2009;
- Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, regulamenta os arts. 11, 12, e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada**

Os manuais, regulamentos e publicações do Instituto Federal de Goiás constam do portal da Unidade Jurisdicionada (<http://www.ifgoias.edu.br/>).

**Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Código SIAFI	Nome
158153	Reitoria
158522	Campus Anápolis
158523	Campus Formosa
158430	Campus Goiânia
158432	Campus Inhumas
158433	Campus Itumbiara
158431	Campus Jataí
158524	Campus Luziânia
158434	Campus Uruaçu

**Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Código SIAFI	Nome
26429	Reitoria e Campi do Instituto Federal de Goiás

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158153	26429
158522	26429
158523	26429
158430	26429
158432	26429
158433	26429
158431	26429
158524	26429
158434	26429



## **CAPÍTULO 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

(Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

### **2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

#### ***2.1.1. Competência Institucional***

##### **MISSÃO**

O Instituto Federal de Goiás, na condição de centro de referência da educação profissional e tecnológica de Goiás, apresenta como responsabilidade o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, atuando na formação de profissionais dos mais diversos níveis e modalidades, tendo como suporte uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade; articulada ao desenvolvimento da pesquisa e ações de extensão, estabelecendo uma relação com a comunidade goiana que seja calcada na correspondência aos anseios da sociedade civil organizada.

##### **VISÃO**

Constituir-se como referência na área profissional e tecnológica, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

##### **PRINCÍPIOS NORTEADORES**

Os princípios norteadores do Instituto Federal de Goiás estão descritos a seguir:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente;
- b) Transparência e gestão democrática;
- c) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- d) Compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- e) Compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão;
- f) Natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

##### **ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

As finalidades e características do Instituto Federal de Goiás estão descritas a seguir:

- a) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) Assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição;
- c) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- d) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

- e) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.
- f) Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico;
- g) Qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares de licenciatura, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- h) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- i) Realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano;
- j) Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

### **2.1.2. Objetivos Estratégicos**

Os objetivos do Instituto Federal de Goiás estão descritos a seguir:

- a) Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- b) Ministrando educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- c) Ministrando ensino médio, observando a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;
- d) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- e) Ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- f) Ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- g) Ministrando cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- h) Realizando pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- i) Estimulando a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- j) Estimulando e apoiando a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- k) Promovendo a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

## 2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

### 2.2.1. Análise do andamento do Plano Estratégico da UJ

Após o seu centenário, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, passa por um importante e estratégico momento de transformação, associado a um expressivo crescimento.

Desde a sua criação em 1909, manteve um único Campus, sediado na Capital do Estado. Após 80 anos de existência cria o seu segundo Campus na cidade de Jataí; em 2007, após dez anos de interrupção das obras foi colocado em funcionamento o seu terceiro Campus, na cidade de Inhumas e, em 2008, foram colocados em funcionamento o quarto e quinto Campus, nas cidades de Itumbiara e Uruaçu.

Esse crescimento previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Governo Federal, possibilitou ainda a implantação de mais três Campi no IFG nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia no exercício de 2010.

Restando assim, da Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que seguiu critérios definidos, através de uma Chamada Pública pelo Ministério da Educação, a previsão da implantação de mais 02 Unidades de Ensino no Estado de Goiás. Uma na cidade de Aparecida de Goiânia e outra na cidade de Águas Lindas, ambas vinculadas ao Instituto Federal de Goiás e que possuem uma população expressiva e desprovida de uma instituição pública de ensino profissional e tecnológico.

O quadro a seguir apresenta a projeção das matrículas e a população a ser atendida no Estado de Goiás. Para a projeção das matrículas foi considerado, no caso de Aparecida de Goiânia, o contingente populacional da Região Metropolitana de Goiânia. Para a cidade de Águas Lindas, foi considerada, prioritariamente, a região formada pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo, isto é, não estamos considerando toda a Região do Entorno de Brasília devido à proximidade dos campi do Instituto Federal de Goiás, já em funcionamento nas cidades de Luziânia e Formosa, além dos campi do Instituto Federal de Brasília localizados no Distrito Federal.

Quadro 2.1 – Os novos Campi do IFG a serem implantados.

Unidades a serem implantadas	Projeção de Matrículas	População da Região a ser Atendida
Águas Lindas (Fase II em implantação)	1.260	267.751
Aparecida de Goiânia (Fase II em implantação)	1.260	2.091.335
Total	2.520	2.359.086

Fonte: Dados do Censo 2010 do IBGE

O quadro a seguir apresenta a Mesorregião e Microrregião das Unidades da Fase II do IFG a serem implantadas e seus respectivos arranjos produtivos locais.

Quadro 2.2 – Os arranjos locais.

Município	Arranjos Produtivos Locais - APL	Arranjos Sociais Locais – ASL (Prioritários)
Aparecida de Goiânia	Moveleiro, Confecção, Calçados e Artefatos de Couro, Tecnologia da Informação, Indústria.	Atenção à saúde Meio Ambiente: Reciclagem e Energias Alternativas

Fonte: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

O Observatório ainda não levantou dados de Arranjos (Produtivos, Sociais ou Culturais) Locais para o Município de Águas Lindas de Goiás e região. Porém, apresentam-se como Potenciais Arranjos na Região os APLs de Vestuário, Gemas e Joias, Flores e Plantas Ornamentais. Ressalta-se que estes APLs são levantamentos do PDPs – Planos de Desenvolvimento Preliminares que se encontram no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Deste modo, ao longo de cem anos, o desenvolvimento da educação profissional no país tem sido acompanhado pela evolução das Instituições da Rede Federal. E, neste momento, em que o número de unidades de ensino dessa rede salta de 140 no ano de 2005 para 354 unidades em um prazo de cinco anos, é natural que essa rede passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social.

Neste contexto, o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, conjuntamente com outras 37 autarquias do país, passou a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Essa nova figura, em sua essência, aponta para a consolidação de uma instituição de ensino superior, com instrumentos legais consistentes para esta atuação. Ao mesmo tempo, estabelece como responsabilidade social à oferta de cursos técnicos de nível médio, preferencialmente com formação integrada à educação geral.

Paralelamente a todas essas transformações, a Instituição tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social e regional. Nesse sentido, é que em 2010 deu-se a continuidade da implantação do Instituto Federal de Goiás com a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, deu-se continuidade a consolidação dos Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou Seminários de Iniciação Científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou a política de bolsas para mestrandos e doutorandos da Instituição.

Em relação ao ensino, fortaleceu a oferta do ensino técnico integrado, deu continuidade à implantação do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) a partir da oferta de diversos cursos, e tem discutido a pertinência e a relevância social da oferta de cursos superiores de tecnologia, de bacharelados, de engenharias e de licenciaturas.

As atividades relativas à extensão têm buscado resgatar o papel socializador do Instituto Federal de Goiás, na perspectiva da ampliação dos valores da democracia, da cidadania e dos traços culturais locais e da compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas e de gênero. Como exemplo, ofereceu o curso de licenciatura em Letras–Libras, Língua Brasileira de Sinais, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e desenvolve o projeto “Conhecendo o IFG”, que tem o objetivo de aproximar o IFG dos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública municipal e estadual, divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pela Instituição, servindo como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes.

A continuidade dos trabalhos do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica do Centro-Oeste, constituído por servidores e alunos bolsistas do Instituto Federal de Goiás apresentou-se como importante ação no exercício de 2010, disponibilizando instrumentos eficazes de proposição e avaliação da atuação institucional do Instituto Federal de Goiás, principalmente no que se refere a implantação de novos campi e abertura de cursos.



Outra ação relevante iniciada em 2007 e que foi dada a continuidade em 2010 faz referência à delegação de competência do Ministério da Educação, ao Instituto Federal de Goiás, para a implantação da Escola Técnica Federal de Brasília, hoje transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

### 2.2.2. Análise do Plano de Ação da UJ em 2010

Além das ações detalhadas anteriormente, são apresentadas a seguir ações externas de ordem institucional assumidas pela Reitoria.

Quadro 2.3 – Ações externas do IFG de ordem institucional.

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
Alemanha	Convênio com Fachhochschule Trier, Umwelt-Campus Birkenfeldo – Cooperação Científica com Mainz – Suporte financeiro do DAD.
Cabo Verde	Assinatura do Projeto “Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFPP, pelos seguintes órgãos: Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, Governo Caboverdiano e o Instituto Federal de Goiás.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.	Reuniões como Membro do Conselho Superior.
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Convênios Institucionais.
Presidência da República Congresso Nacional Ministério da Educação – SETEC SINASEFE, ANDES Canadá/ Niágara Falls Portugal/Vila Real	Reuniões e atividades para tratar dos assuntos abaixo relacionados: 1- Reunião na SETEC/MEC para participar de Planejamento Integrado – SETEC/Institutos; 2- Reunião com o Secretário Executivo do MEC para tratar de assuntos relacionados à expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica; 3- Reuniões na SETEC para tratar do Programa Mulheres Mil, no Ministério da Educação; 4- Reunião com Senadores e Deputados para discutir emendas parlamentares; 5- Reunião com o Ministro de Estado da Educação para tratar da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica; 6- Participação em debates com o Sindicato, e com os servidores docentes e técnico-administrativos para discussão sobre jornada de trabalho; 7- Reunião no Palácio do Planalto com a presença do Presidente da República, para a cerimônia de apresentação do Plano Nacional da Educação 2011-2020 e inauguração simultânea de 25 campi das Universidades Federais e 30 campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; 8- Reunião com o Presidente da República por ocasião da assinatura dos Decretos sobre: Autonomia Financeira dos Institutos, Professores Equivalentes e Servidores Técnico-Administrativos em Educação Equivalentes; 9- Participação no curso de Aperfeiçoamento para Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do ENAP; 10- Participação na Conferência Anual de Educação em Niágara Falls – Ontário, Canadá e Visitas as Faculdades Comunitárias e Colleges com a finalidade de firmar parcerias entres as instituições de EPT Brasil/Canadá; 11- Reunião com a Fundação Roberto Marinho com a finalidade de buscar parcerias e firmar convênios; 12- Visita as Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro em

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
	Vila Real, Portugal com a finalidade de firmar convênio entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as Instituições de Portugal.
CONIF	<p>Ações desenvolvidas nas Reuniões do CONIF com a Participação do Reitor:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Reunião para tratar do Convênio de cursos de pós-graduação, Brasil-Portugal;</li> <li>2- Reunião para tratar do Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;</li> <li>3- Reunião para a elaboração da Cartilha do Tecnólogo – CONFEA;</li> <li>4- Reunião para tratar da Certificação do ENEM de conclusão do ensino médio pelos Institutos Federais;</li> <li>5- Reunião de Planejamento Integrado SETEC/CONIF;</li> <li>6- Reunião para o Planejamento e a organização da visita de Intercâmbio Brasil-Canadá;</li> <li>7- Reunião para planejar as atividades do Comitê Gestor Nacional da Rede de Certificação e Formação Inicial Continuada – Rede CERTIFIC;</li> <li>8- Participação na Oficina de Implantação do SIGA – Apresentação do Planejamento;</li> <li>9- Participação na Oficina e nos debates da Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologia Digitais – RENAPI;</li> <li>10- Planejamento das atividades e organização do Fórum Mundial da Educação Profissional e Tecnológica;</li> <li>11- Participação nos debates durante a Reunião Ordinária do Conselho Político do Programa Profucionário;</li> <li>12- Jornada de trabalho docente e TAE na Rede Federal;</li> <li>13- Construção de diretrizes para as políticas de assistência estudantil da Rede Federal;</li> <li>14- Participação na XXXIV reunião da REDITEC;</li> <li>15- Participação no Seminário Temático – Internacionalização e Educação Tecnológica na América Latina e na Europa: os casos de França, México e Colômbia.</li> </ol>
Prefeitura Municipal de Goiânia	Reunião com o Prefeito Municipal de Goiânia para tratar de assuntos relacionados à expansão da Rede Federal (Implantação de mais um Campus em Goiânia).
Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia	Reunião com o Prefeito Municipal de Aparecida de Goiânia e Vereadores, para tratar de assuntos relacionados à obra de implantação do Campus em Aparecida de Goiânia.
Prefeitura Municipal de Anápolis	Reunião com o Prefeito Municipal, para tratar de assuntos relacionados às obras de ampliação do Campus Anápolis.
Prefeitura Municipal de Uruaçu	Reunião com o Prefeito Municipal e Vereadores para tratar de assuntos relacionados à continuação das obras do Campus Uruaçu.
Secretaria de Educação do Estado de Goiás	Reuniões para tratar de assinaturas de convênios.
Congresso Nacional e Ministérios da Educação e do Planejamento	Visitas aos gabinetes dos Senadores e dos Deputados Federais para fazer gestões junto às autoridades com objetivo de solicitar ampliação dos recursos orçamentários.
Prefeitura Municipal de Itumbiara	Reunião com o Prefeito Municipal e vereadores para tratar da continuidade da obra do Campus Itumbiara.
Prefeitura Municipal de Formosa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Reunião na Câmara Municipal de Formosa para receber o Título de Cidadão Formosense;</li> <li>2- Reunião na Prefeitura de Formosa com Prefeito Municipal e Vereadores para tratar das obras de implantação do Campus Formosa.</li> </ol>
Prefeitura Municipal de Jataí	Reunião com o Prefeito Municipal e vereadores para tratar da continuidade das obras do Campus Jataí.

AÇÕES EXTERNAS	
Órgãos/Setores/Empresas/Países	Atividades
Prefeitura Municipal de Luziânia	Reunião com o Prefeito Municipal e Vereadores de Luziânia para tratar das obras de implantação do Campus Luziânia.
Prefeitura Municipal de Campos Belos	Reunião na cidade de Campos Belos – Goiás com o Prefeito Municipal e autoridades locais para tratar da oferta de cursos de extensão;

### 2.2.2.1. Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás

O Art. 10, § 3º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, normatizou o Conselho Superior como órgão de caráter consultivo e deliberativo composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Goiás, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás foi criado pela Portaria nº 168 de 1º de março de 2010, sendo que os servidores docentes e técnico-administrativos e os discentes foram escolhidos por meio de processo eleitoral, com a participação de toda comunidade acadêmica da instituição; os Pró-Reitores e Diretores-Gerais foram indicados pelo Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Goiás; os demais membros pelas seguintes representações: Secretaria de Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação, Sindicato dos Técnicos Industriais do Estado de Goiás, Central Única dos Trabalhadores de Goiás, Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Força Sindical do Estado de Goiás, Federação do Comércio do Estado de Goiás e Conselho Estadual de Educação de Goiás, possuindo a seguinte composição:

Quadro 2.4 – Composição do Conselho Superior.

Presidente: Paulo César Pereira – Reitor do Instituto Federal de Goiás	
Secretária: Cláudia Beatriz Carrião Alves	
TITULARES	
Representação	Conselheiro
Reitor do Instituto Federal de Goiás	Paulo César Pereira
Colégio de Dirigentes	Gilda Guimarães Jerônimo Rodrigues da Silva Cleiton José da Silva
Corpo Docente	Cláudio Afonso Fleury Fábio da Silva Marques Aladir Ferreira da Silva Júnior
Corpo Discente	Tássia Mantelli Gorgen Matheus Hermógenes Reis Ana Paula Dias Pereira
Central Única dos Trabalhadores	José Fabrício Souza Oliveira
Força Sindical de Goiás	Aloísio Silva de Aguiar
Corpo Técnico-Administrativo	Sheila Mara Cardoso de Almeida Reinaldo Cândido Ferreira Paulo Roberto de Oliveira Garcia
Técnicos Egressos do Instituto Federal de Goiás	Valdeon Moraes Bueno

	Temístocles Mendes Ribeiro
Conselho Estadual de Goiás	Marcos Elias Moreira Maria do Rosário Cassimiro
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC	Aléssio Trindade de Barros
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Felicidade Maria de Faria Melo
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Hélio Naves
SUPLENTE	
Representação	Conselheiro
Diretor Executivo	José Sergio Sarmiento Garcia
Colégio de Dirigentes	Ruberley Rodrigues de Souza Paulo Francinete Silva Júnior Maria José Braga
Corpo Docente	Oyama Daroszewski Rodrigues Jeovane Dias Coelho Luis Gustavo Wesz da Silva
Corpo Discente	Arthur Mendes de Lima Gustavo Cunha Cintra Ralfe Jacomini da Silva
Central Única dos Trabalhadores	João Dib Filho
Força Sindical de Goiás	Nivaldo Ferreira de Souza
Corpo Técnico-Administrativo	Juscélio Ricardo Lacerda Shirley Carmem da Silva Osmar Albino de Oliveira Júnior
Técnicos Egressos do Instituto Federal de Goiás	Marco Antônio de Melo Juliana Paula Gonzaga
Conselho Estadual de Educação	Sebastião Donizete de Carvalho Antônio Cappi
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC	Caetana Juracy Rezende Silva
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Maria Angélica de Moraes e Silva
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Antônio de Souza Almeida

Entre os vários assuntos discutidos em 2010 pelo Conselho Superior podem ser destacados os citados a seguir:

- Instalação do Conselho Superior, com solenidade de posse;
- Apresentação da proposta de Regimento do Conselho Superior aos Conselheiros para conhecimento e contribuições;
- Deflagração do processo eleitoral para escolha do Diretor-Geral do Campus Goiânia;
- Apresentação do Regulamento Interno referente à eleição para Diretor-Geral do Campus Goiânia;
- Homologação dos nomes indicados pela Comunidade Acadêmica que irão compor a Comissão Eleitoral para conduzir o processo de escolha do Diretor-Geral do Campus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Homologação do resultado do Processo de Escolha do Diretor-Geral do Campus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Apreciação da prestação de contas do exercício 2010 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;
- Distribuição dos projetos pedagógicos dos cursos do Instituto Federal de Goiás.

Além disso, relata-se a seguir o resumo das Resoluções do Conselho Superior em 2010:

- Resolução nº 01, de 01 de março de 2010, “Dispõe sobre certificação no nível de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, conforme determinado na Portaria nº 4, de 11 de fevereiro de 2010”;
- Resolução nº 02, de 18 de março de 2010, “Deflagra o processo de escolha do Diretor-Geral do Campus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, designando as Conselheiras Gilda Guimarães, Sheila Mara Cardoso de Almeida e Ana Paula Dias Pereira para disciplinarem e coordenarem o processo de constituição de Comissão Eleitoral”;
- Resolução nº 03, de 01 de junho de 2010, “Aprova a prestação de contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás referente ao Exercício de 2009”;
- Resolução nº 04, de 01 de junho de 2010, “Autoriza o afastamento do país do Professor Paulo César Pereira, Reitor do Instituto Federal de Goiás, para participar da Conferência Anual de Educação Profissional e visitar Colleges e Faculdades Comunitárias, objetivando firmar parcerias entre as Instituições de Educação Profissional Tecnológica Brasileiras e Canadenses, em Niagara Falls-Ontário no Canadá, no período de 04 a 13 de junho de 2010”;
- Resolução nº 05, de 01 de junho de 2010, “Homologa o nome do Professor Edison de Almeida Manso, candidato eleito para o cargo de Diretor-Geral do Campus Goiânia do Instituto Federal de Goiás”;
- Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de História, Licenciatura, no Campus Goiânia”;
- Resolução nº 07, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Matemática, Licenciatura, no Campus Goiânia”;
- Resolução nº 08, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Mecânica, Bacharelado, no Campus Goiânia”;
- Resolução nº 09, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Biologia, Licenciatura, no Campus Goiânia”;
- Resolução nº 10, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Química, Licenciatura, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 11, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 12, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Química, Licenciatura, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 13, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Logística, Tecnologia, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 14, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Elétrica, Bacharelado, no Campus Itumbiara”;
- Resolução nº 15, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Inhumas”;
- Resolução nº 16, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Itumbiara”;
- Resolução nº 17, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Uruaçu”;
- Resolução nº 18, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Anápolis”;



- Resolução nº 19, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificação, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 20, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Informática para Internet, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 21, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Secretaria Escolar, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 22, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Controle Ambiental, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Formosa”;
- Resolução nº 23, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Informática para Internet, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Formosa”;
- Resolução nº 24, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Formosa”;
- Resolução nº 25, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Mecânica, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 26, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Informática para Internet, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 27, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química, Integrado ao Ensino Médio, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 28, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 29, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Campus Formosa”;
- Resolução nº 30, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Transporte de Cargas, Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 31, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações, Subsequente ao Ensino Médio, no Campus Anápolis”;
- Resolução nº 32, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações, Subsequente ao Ensino Médio, no Campus Formosa”;
- Resolução nº 33, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações, Subsequente ao Ensino Médio, no Campus Luziânia”;
- Resolução nº 34, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza a alteração do projeto pedagógico do curso de Física, Licenciatura, do Campus Jataí”;
- Resolução nº 35, de 20 de setembro de 2010, “Aprova por unanimidade, voto de louvor, proposto pelo Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira Garcia, ao Campus Jataí do Instituto Federal de Goiás, pelo excelente resultado obtido na Classificação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Ministério da Educação, edição 2009”;
- Resolução nº 036, de 20 de setembro de 2010, “Autoriza o funcionamento do Curso de especialização em Ensino de Ciências e Matemática, no Campus Jataí”;
- Resolução nº 037, de 20 de setembro de 2010, “Aprova o Regulamento do Programa de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do Instituto Federal de Goiás”.

### 2.2.2.2. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás está disposto nos Artigos 12, 13 e 14 do Estatuto da Instituição como órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás foi criado pela Portaria nº 497, de 15 de junho de 2010, com a seguinte composição: o Reitor como presidente, o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, o Pró-Reitor de Extensão, os Dirigentes de Áreas Acadêmicas de cada Campus e ainda, representantes de servidores docentes, técnico-administrativos e discentes escolhidos por meio de processo eleitoral, com a participação de toda a comunidade acadêmica.

Quadro 2.5 – Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Presidente: Paulo César Pereira – Reitor do Instituto Federal de Goiás	
Secretária: Cláudia Beatriz Carrião Alves	
<b>TITULARES</b>	
Representação	Conselheiros
Reitor do Instituto Federal de Goiás	Paulo César Pereira
Pró-Reitores	Gilda Guimarães Ruberley Rodrigues de Souza Aldemi Coelho Lima
Chefes de Departamentos de Áreas Acadêmicas	Júlio César dos Santos César José da Silva Maria de Lourdes Magalhães Elder Geraldo Domingues Everton Martins de Araújo Wagner Pereira Lopes Willian Lázaro dos Santos Divino Alves Ferreira Júnior José Antônio Gonçalves José Carlos Barros Silva José Luiz Leão
Corpo Técnico-Administrativo	Sandra Lúcia Gonçalves Andréia Rezende de Oliveira Elina Assis de Lima Ribeiro
Corpo Docente	Carlos Augusto da Silva Cabral Octávio Marcos Martins Mani Luciano dos Santos
Corpo Discente	Kenny Resende Mendonça Rodolfo Gontijo de Souza Karen Haryon Resende Damasceno
<b>SUPLENTES</b>	
Representação	Conselheiros
Diretor Executivo	José Sergio Sarmiento Garcia
Corpo Técnico-Administrativo	Maria Aparecida Rodrigues de Souza

	Mauro Alves Pires Wanderson Silva Leite
Corpo Docente	Cláudio Roberto Pacheco
Corpo Discente	Arthur Vinicius Silva Lima Natália de Paula Santos Victor Freitas de Azeredo Barros

Assuntos discutidos em 2010 pelo Conselho de Ensino, de Pesquisa e Extensão:

- Instalação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com solenidade de posse;
- Apresentação da proposta de Regimento do Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão aos Conselheiros para conhecimento e contribuições;
- Aprovação do Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Apresentação e discussão sobre o Termo de Acordo de Metas;
- Apresentação e discussão sobre jornada de trabalho docente;
- Discussão sobre a inclusão das disciplinas de sociologia e filosofia em cumprimento a Lei nº 11.684 de 02.06.2008.

Para o desenvolvimento de estudos temáticos, e tendo como base legal o Artigo 14 do Estatuto do Instituto Federal de Goiás o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão está estruturado em três Câmaras Setoriais, sendo elas: Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão e Cultura, com a seguinte composição:

Quadro 2.6 – Composição das Câmaras do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CÂMARA DE ENSINO	
Representação	Membros
A Pró-Reitora de Ensino como Presidente	Gilda Guimarães
Chefes de Departamentos de Áreas Acadêmicas	César José da Silva José Antônio Gonçalves José Luiz Leão Maria de Lourdes Magalhães Wagner Pereira Lopes Willian Lázaro dos Santos
Corpo Técnico-Administrativo	Elina Assis de Lima Ribeiro
Corpo Docente	Octávio Marcos Martins Mani
Corpo Discente	Kênya Resende Mendonça
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	
Representação	Membros
O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação como Presidente	Ruberley Rodrigues de Souza
Chefes de Departamentos de Áreas Acadêmicas	Elder Geraldo Domingos Júlio César dos Santos José Carlos Barros
Corpo Técnico-Administrativo	Andréia Resende de Oliveira
Corpo Docente	Luciano dos Santos



Corpo Discente	Karen Hayron Resende Damasceno
<b>CÂMARA DE EXTENSÃO E CULTURA</b>	
Representação	Membros
O Pró-Reitor de Extensão como Presidente	Aldemi Coelho Lima
Chefes de Departamentos de Áreas Acadêmicas	Everton Martins de Araújo Divino Alves Ferreira Júnior
Corpo Técnico-Administrativo	Sandra Lúcia Gonçalves
Corpo Docente	Carlos Augusto da Silva Cabral
Corpo Discente	Rodolfo Gontijo de Souza



Foto 2 – Pátio do Campus Formosa.

## 2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO IFG

### 2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do IFG

NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ (DN TCU nº 107, de 27/10/2010), pois o Instituto Federal de Goiás não gere nenhum programa de governo, apenas executa. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 277, de 07/12/2010, que destaca que o quadro “demonstrativo somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA)”, ficará sob a responsabilidade da Administração Direta, que é gestora de todos os Programas de Governo vinculados a esta UJ, o preenchimento do referido demonstrativo.

### 2.3.2. Execução física das Ações realizadas pelo IFG

Neste demonstrativo estão relacionadas às ações orçamentárias constantes da LOA 2010 sob a responsabilidade do IFG. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhamento da LOA, conforme se descreve a seguir.

Quadro 2.7 - Execução Física das ações realizadas pelo IFG.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	285	332	285
12	122	1062	09HB	OP	4	Não consta no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC.			
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	1.031	1.837	2.007
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	448	1.358	448
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	137	152	134
12	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	489	561	356
12	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	768	1.002	853



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	363	1062	2992	A	3	Aluno matriculado	9.761	13.285	14.094
12	363	1062	2994	A	3	Aluno assistido	440	809	14.094
12	363	1062	1H10	P	3	Unidade de ensino implantada	8	28	6
12	363	1062	8650	A	3	Unidade reestruturada	8	22	8
12	363	1062	2E13	A	3	Unidade modernizada	1	2	0
12	363	1062	6364	A	3	Veículo adquirido	3	4	0
12	128	1067	4572	A	3	Servidor capacitado	224	742	942
12	363	1062	6301	A	3	Volume disponibilizado	6.400	70.129	9.000

Fonte: SIMEC

### Análise Crítica

- Cumprimento das metas físicas:

Na análise circunstanciada do cumprimento das metas físicas, as Ações 0181, 09HB, 2004, 20CW, 2010, 2011 e 2012 foram executadas, conforme determina a legislação vigente, atendendo os servidores que usufruíam dos direitos dos pagamentos e dos benefícios. Os acréscimos observados nas metas físicas não cumulativas devem-se, principalmente, ao ingresso de novos servidores na Instituição.

Quanto às principais Ações do rol do Instituto Federal de Goiás a 2992 e a 2994, que estão diretamente relacionadas com a atividade fim da Instituição, viabilizaram a manutenção e o funcionamento da mesma e garantiram o atendimento das demandas essenciais. Estas possuem a meta física não cumulativa aluno matriculado, ou seja, o produto dos objetivos e metas institucionais, e tiveram um acréscimo de aproximadamente trinta e seis por cento (36%) e oitenta e quatro (84%), respectivamente, em relação à meta prevista. Este resultado é reflexo do esforço institucional em expandir as ações da Instituição em diferentes regiões do estado de Goiás comprovadamente com a implantação de mais três novos campi.

- Ações que apresentaram problemas de execução:

A Ação 20CW, vinculada ao Programa Apoio Administrativo que tem em seu rol ações com a finalidade de prestar assistência e auxílio aos servidores, apesar de ter zero por cento de meta financeira executada, atendeu os servidores com exames periódicos através dos planos de saúde conveniados e obteve uma meta física cumulativa de aproximadamente duzentos e três por cento (203%).

Outro ponto a destacar, que não é problema de execução, mas apenas esclarecimentos quanto aos números informados é que esta UJ foi orientada pelos órgãos centrais que ao alimentar as informações da Ação 6301, Aquisição de Acervo Bibliográfico, no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC deveria considerar todo o Volume Disponibilizado nas Bibliotecas do IFG. Assim o fizemos, mas para efeito de análise subtraímos a meta prevista (não cumulativa) da meta alcançada e tivemos o percentual de acréscimo, conforme pode ser observado a seguir.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Além da Ação 2994, citada anteriormente, podemos mencionar as ações de investimento, modernização, ampliação e aquisição de bens a 1H10, 8650, 2E13 e 6364, todas possuem metas cumulativas, exceto a 2E13, que superaram as metas previstas. O que leva-nos a concluir que as mesmas foram geridas no intuito de atender todas as demandas da Instituição contemplando todos os seus Campi, como exemplo, cita-se a aquisição de veículos que atendeu àqueles que ainda não possuíam (os novos campi implantados) e renovou a frota com mais um veículo.

A Ação 4572 que tinha previsto capacitar 224 servidores, meta cumulativa, e com a mesma meta financeira o IFG conseguiu atender 742 servidores, isto é, duzentos e trinta e um por cento (231%) de acréscimo em relação à meta prevista. O que retrata o resultado alcançado com os Programas Institucionais implantados no IFG e as ações conjuntas de capacitação de servidores na Instituição.

Outra Ação que merece destaque no IFG é a Ação 6301 que tinha previsto inicialmente um acréscimo de 6.400 exemplares no acervo bibliográfico. O que ocorreu foi um acréscimo de aproximadamente cento e cinco por cento (105%) em relação à meta prevista. Este resultado possibilitou ampliar o acervo bibliográfico das bibliotecas existentes no IFG e a implantação das bibliotecas nos novos *Campi*.

- Ações Prioritárias na LDO:

Analisando a execução das ações da UJ frente às ações prioritárias definidas pela LDO na área de atuação da Instituição, o IFG ressalta que tem transcorrido de forma positiva a execução das metas previstas, principalmente, porque estas têm representado o alicerce e o suporte para as ações prioritárias do Governo Federal.

## 2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

### 2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

No quadro a seguir são apresentadas as informações identificadoras da Unidade Orçamentária (UO) que detêm as programações orçamentárias utilizadas pela UJ.

Quadro 2.8 - Identificação da Unidade Orçamentária.

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	26.429	158153

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

#### 2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

O quadro a seguir, denominado Programação de Despesas Correntes, está organizado como uma planilha contendo três (3) colunas duplas, que contemplam os três grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida e 3- Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois grupos de informação: LOA e CRÉDITOS, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir.

Quadro 2.9 - Programação de Despesas Correntes.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	46.238.889,00	66.398.232,00			10.770.772,00	15.374.457,00
	PLOA	46.238.889,00	66.241.401,00			11.699.042,00	15.374.457,00
	LOA	46.238.889,00	66.241.401,00			9.703.950,00	15.374.457,00



Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
CRÉDITOS	Suplementares	25.025.700,00	20.420.000,00			2.495.953,00	3.324.968,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados					61.862,00		
Outras Operações							
Total		71.264.589,00	86.661.401,00			12.138.041,00	18.699.425,00

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

#### 2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

O quadro denominado Programação de Despesas de Capital, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2009 e 2010 e tem os mesmos campos já descritos no demonstrativo anterior.

Quadro 2.10 - Programação de Despesas de Capital.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	4.432.252,00	16.945.598,00				
	PLOA	4.432.252,00	16.945.598,00				





Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA		4.432.252,00	17.445.598,00				
CRÉDITOS	Suplementares	594.000,00					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		5.026.252,00	17.445.598,00				

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

#### 2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

O quadro denominado Quadro Resumo da Programação de Despesas, apresentado a seguir, é um quadro resumo dos dois demonstrativos anteriores contemplando ainda a reserva de contingência, que não há programação para 2010 no Instituto Federal de Goiás.

Quadro 2.11 - Quadro Resumo da Programação de Despesas.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	10.770.772,00	15.374.457,00	4.432.252,00	16.945.598,00		
	PLOA	11.699.042,00	15.374.457,00	4.432.252,00	16.945.598,00		
	LOA	9.703.950,00	15.374.457,00	4.432.252,00	17.445.598,00		



Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
CRÉDITOS	Suplementares		2.495.953,00	3.324.968,00	594.000,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		61.862,00					
Outras Operações							
Total		12.138.041,00	18.699.425,00	5.026.252,00	17.445.598,00		

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

### Análise Crítica

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

Na análise dos quadros da Programação Orçamentária das despesas, a situação demonstrada reflete um aumento significativo na LOA do Instituto Federal de Goiás de 2009 para 2010, principalmente, nas Despesas de Capital, que apresentam aproximadamente duzentos e cinquenta por cento (250%) de acréscimo, o que significa o crescimento e a expansão da UJ com a implantação de novos Campi nas Cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia e a consolidação da implantação dos Campi Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, além da mudança na política da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC de alocar o orçamento anual nas Unidades da Rede Federal de Educação Profissional facilitando a execução e evitando-se as descentralizações de crédito.

Quanto as Despesas Correntes, não houve nenhuma alteração na Proposta Orçamentária para a LOA, entretanto, foi liberado crédito suplementar em aproximadamente vinte e dois por cento (22%) em relação LOA para atender as despesas primárias e essenciais da Instituição.

Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, o Orçamento Anual também foi suplementado para atender as necessidades, principalmente, do ingresso de novos servidores através de concurso público para os novos Campi, mencionados anteriormente, e alguns ajustes orçamentários para garantir o pagamento de pessoal, segundo a legislação vigente.



- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

No exercício de 2010 observam-se apenas aspectos positivos nas alterações das Despesas Correntes e de Capital. A primeira porque garantiu o funcionamento da Instituição e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos no exercício com as despesas primárias e essenciais. A segunda porque garantiu a continuidade do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás e facilitou a execução orçamentária, que tem como princípio a disponibilidade orçamentária e que deverá seguir rigorosamente a Lei nº 8.666/93 para as Licitações e Contratações.

#### 2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O quadro denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não componha o Relatório de Gestão. Para efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

Este Quadro contempla cinco colunas e está dividido em dois grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

Quadro 2.12 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	150016	2272			598,41
			20AW			29.700,00
			6358			286.500,64
			6380			282.644,50
		6867			112.248,09	
		153173	8429			7.896,00
			6333			16.883,90
8252				68.817,57		
Movimentação Externa	Concedidos					805.289,11
	Recebidos	201002	2000	100.000,00		

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	150016	1H10	7.358.685,48		
			6358	106.872,07		
			2638	336.351,41		
			8650	1.506.269,00		
		153173	0509	9.699,90		
158143	10FU	30.000.000,00				
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

### Análise Crítica

Os créditos recebidos na UO, através de movimentação externa pela SETEC/MEC, viabilizaram a continuidade da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás com a continuidade da implantação e funcionamento dos campi do Instituto Federal de Goiás e o início de contratações e aquisições para o funcionamento dos campi Anápolis, Formosa e Luziânia no primeiro semestre de 2010. Além disso, viabilizaram também o desenvolvimento de alguns projetos e reestruturação dos campi que não compõem a expansão (Goiânia e Jataí).

Antes de analisarmos o impacto destas movimentações na UO, ressalta-se, porém, que os R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) recebidos do Instituto Federal de Brasília – IFB em Despesas de Capital são recursos referentes à implantação desta Instituição e foram destinados à construção da Unidade do Plano Piloto. Esta obra e o respectivo contrato, conforme portaria do Ministério da Educação, mencionada anteriormente, tem sido gerida pelo Instituto Federal de Goiás, o tutor da implantação daquele Instituto.

Quanto ao impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ percebe-se pelas movimentações internas recebidas no Grupo Despesas Correntes em Outras Despesas Correntes um montante de recursos de R\$ 805.289,11 que representa um percentual de aproximadamente quatro e meio por cento (4,5%) se comparados aos recursos da LOA 2010, que totalizaram R\$ 18.303.144,94 para a mesma despesa. As Despesas de Capital, também nas movimentações internas, totalizaram R\$ 9.317.877,86 (sem os recursos do IFB) e se comparadas aos recursos disponíveis na LOA 2010, que totalizaram R\$ 17.431.735,15, representam aproximadamente cinquenta e quatro por cento (54%) dos créditos originários de UJ. Levando-nos a concluir que este tipo de movimentação em 2010 ainda gerou na UJ um impacto, como no exercício de 2009, intenso, direto e estruturante, principalmente, no que se refere às Despesas de Capital devido à construção dos novos campi do Instituto Federal de Goiás.

Quanto às movimentações externas, ocorreu apenas uma movimentação no valor de R\$ 100.000,00 para dar cumprimento à legislação vigente e pagamento da folha de pessoal.

#### 2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, quais sejam: Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ e Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Os conjuntos dos demonstrativos citados são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

##### 2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

###### 2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

O quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Empenhada e a Despesa Paga, cada uma delas dividida nos exercícios 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Modalidade de Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Dispensa e a Inexigibilidade. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundos, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio da Folha de Pagamento e de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadrem nos itens anteriores.

Quadro 2.13 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	5.322.303,81	18.335.238,29	5.240.586,79	17.900.900,29
Convite				
Tomada de Preços	393.084,14	59.998,40	317.079,43	59.998,40
Concorrência		9.927.011,72		9.797.381,04
Pregão	4.929.219,67	8.348.228,17	4.923.507,36	8.043.520,85

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços (*)				
Contratações Diretas	869.069,35	1.233.116,72	868.911,15	1.232.751,01
Dispensa	658.597,99	1.089.850,91	658.439,79	1.089.485,20
Inexigibilidade	210.471,36	143.265,81	210.471,36	143.265,81
Regime de Execução Especial	47.814,14	3.570,24	47.814,14	3.570,24
Suprimento de Fundos	47.814,14	3.570,24	47.814,14	3.570,24
Pagamento de Pessoal	73.431.528,63	93.679.751,45	73.430.014,57	93.679.155,88
Pagamento em Folha	73.038.845,92	93.116.149,53	73.038.745,92	93.116.149,53
Diárias	392.682,71	563.601,92	391.168,65	563.006,35
Outras	1.002.332,59	1.120.376,91	1.002.332,59	1.120.124,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL, (\*) exceto a extração de Registro de Preços que não aparece separado dos Pregões. Existe apenas a modalidade Pregão em nossos sistemas de acesso para relatórios gerenciais.

#### 2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

O quadro denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, contém quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios 2009 e 2010.

As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada um destes grupos está organizado pela ordem dos três principais elementos de despesas empregados, classificados de modo decrescente em razão do montante empenhado no exercício, enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo” acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro 2.14 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.

Valores em R\$ 1,00

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	70.617.974,18	86.528.598,93	70.617.974,18	86.528.598,93			70.617.974,18	86.528.598,93



Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
319011-Vencimentos Vant. Fixas	41.765.866,59	53.598.686,72	41.765.866,59	53.598.686,72			41.765.866,59	53.598.686,72
319001-Aposentadorias e Reformas	14.086.905,21	15.760.218,10	14.086.905,21	15.760.218,10			14.086.905,21	15.760.218,10
319113-Obrigações Patronais	54.936,82	11.507.450,17	54.936,82	11.507.450,17			54.936,82	11.507.450,17
Demais elementos do Grupo	14.710.265,56	5.662.243,94	14.710.265,56	5.662.243,94			14.710.265,56	5.662.243,94
2- Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	10.428.787,68	18.303.144,94	9.351.055,55	16.560.458,54	1.077.732,13	1.742.686,40	9.343.718,76	16.438.907,52
339039-Serviços Pessoa Jurídica	2.785.950,96	4.173.559,98	2.047.052,55	3.435.457,24	738.898,41	738.102,74	2.041.340,24	3.383.715,14
339037-Locação de Mão-de-Obra	3.034.954,85	4.169.021,53	2.980.771,20	3.669.417,19	54.183,65	499.604,34	2.980.771,20	3.605.703,49
339046-Auxílio Alimentação	1.166.621,00	3.307.512,00	1.166.621,00	3.307.512,00			1.166.621,00	3.307.512,00
Demais elementos do Grupo	3.441.260,87	6.653.051,43	3.156.610,80	6.148.072,11	284.650,07	504.979,32	3.154.986,32	6.141.976,89

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

O quadro denominado Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida.

Quadro 2.15 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	5.009.439,46	17.431.735,15	704.554,14	11.282.996,14	4.304.885,32	6.148.739,01	628.549,43	10.968.995,36
449051 - Obras e Instalações	1.989.537,07	10.062.011,72	393.084,14	10.062.011,72	1.596.452,93		317.079,43	9.932.381,04
449052 – Equipamentos e Material Permanente	3.019.902,39	7.368.208,93	311.470,00	1.219.469,92	2.708.432,39	6.148.739,01	311.470,00	1.035.099,82
449039 – Serviços de Pessoa Jurídica		1.514,50		1.514,50				1.514,50
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

## Análise Crítica

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

Em 2010, as Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ tiveram alterações significativas em relação ao exercício de 2009. As modalidades Tomada de Preços, Contratações Diretas e Suprimento de Fundos reduziram expressivamente devido ao tipo de aquisições e contratações feitas com os recursos da LOA 2010. Em contrapartida, as modalidades Concorrência e Pregão aumentaram significativamente as Despesas Liquidadas e Pagas. Além disso, destaca-se também o acréscimo na folha de Pagamento de Pessoal que aumentou aproximadamente vinte e dois por cento (22%) em relação a 2009. Tudo isso se deve ao montante envolvido nas Licitações de obras civis e instalações e nas aquisições de bens e serviços comuns para a manutenção dos campi em funcionamento e a continuidade da implantação dos novos campi e ao ingresso de novos servidores no Instituto Federal de Goiás.

Nas Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa as alterações significativas referem-se, principalmente, como já mencionado anteriormente, a contratação de novos servidores, através de concurso público, para a composição do quadro de pessoal dos novos campi e para recomposição dos quadros existentes. Por conseguinte, as Outras Despesas Correntes também aumentaram se comparado o exercício de 2009 com o exercício de 2010. O impacto na LOA se origina, fundamentalmente, ao fato de que o Instituto Federal de Goiás possuía apenas cinco (05) unidades em funcionamento e passou a manter e gerir oito (08) unidades de ensino em 2010. O acréscimo dos gastos no exercício soma as despesas com a implantação dos novos campi do IFG, que constam na Fase I e II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação demandou deslocamentos para fiscalização das obras, para reuniões de trabalho no Órgão Central, para desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia com vistas à abertura dos processos licitatórios de obras civis e instalações e para a manutenção e rotina dos campi em funcionamento. O que gerou também impacto direto na concessão de diárias aos servidores do IFG se comparado aos últimos três anos.

Nas Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa as alterações relevantes em relação à aquisição de equipamentos e materiais permanente se devem a necessidade de ampliação, modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos, a melhoria das condições de trabalho da área administrativa e também a implantação dos novos campi do IFG.

Quanto aos gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, foram reduzidos devido à nova política implantada pelo IFG e foram aplicados somente em despesas de Suprimento de Fundos. Logo, os recursos autorizados foram, basicamente, para garantir as despesas de pequeno vulto ou emergenciais na realização dos deslocamentos de servidores e estudantes em visitas técnicas e viagens administrativas, tais como: abastecimento dos veículos fora da sede, manutenção dos mesmos em viagem, pagamento de pedágios, entre outras de mesma natureza.

- Contingenciamento no exercício: NÃO OCORREU NO PERÍODO.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Os eventos negativos citados a seguir se originam das dificuldades encontradas com a expansão do Instituto Federal de Goiás em tão curto espaço de tempo. A recomposição do quadro de pessoal não tem acompanhado esse crescimento, principalmente, com equipes qualificadas para procederem, agilizarem e executarem o orçamento. O ingresso de novos servidores técnico-administrativos demanda qualificação e treinamentos nas áreas da administração, o que necessita de tempo. Diante desta realidade, as equipes existentes têm sido assoberbadas de serviços e atividades que podem levar a ineficiência e ineficácia.

Outro ponto negativo na execução orçamentária de 2010, é que o Instituto Federal de Goiás, neste período de expansão e crescimento acelerado, contava com duas Procuradoras Federais, porém uma delas aposentou e, fomos socorridos pela Cooperação Mútua entre as Procuradorias Federais do Instituto Federal de Goiás (01 Procuradora), Instituto Federal Goiano (01 Procuradora) e a Universidade Federal de Goiás (06 Procuradores). Mas este período de transição e adaptação com os novos Procuradores Federais, que exigiu a formulação de novas rotinas, procedimentos, exigências legais na estruturação e formalização dos processos, acabou comprometendo algumas licitações do Instituto Federal de Goiás que não teve tempo hábil de readequá-las para atender as recomendações exaradas nos despachos ou pareceres.

Quanto aos eventos positivos ocorridos no Instituto Federal de Goiás, pode ser citado que, apesar de todas estas dificuldades, o IFG atingiu quase na totalidade suas metas e objetivos estabelecidos para a execução orçamentária no exercício de 2010. Em grande parte foi possível devido à utilização de suas Atas de Registro de Preços ou da adesão a atas de outras Unidades.

#### 2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito anteriormente, o segundo demonstrativo, denominado Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente.

##### 2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 2.16 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	3.576.729,42	35.288.707,96	3.573.999,28	32.367.352,13
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência (*)	3.155.919,30	35.239.133,12	3.155.919,30	32.357.481,39





Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Pregão	420.810,12	49.574,84	418.079,98	9.870,74
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	24.968,74	2.696.319,48	24.968,74	1.791.854,23
Dispensa	23.768,74	2.696.319,48	23.768,74	1.791.854,23
Inexigibilidade	1.200,00		1.200,00	
Regime de Execução Especial	643,74	1.874,27	643,74	1.874,27
Suprimento de Fundos	643,74	1.874,27	643,74	1.874,27
Pagamento de Pessoal	73.510,65		73.400,23	
Pagamento em Folha		65.768,28		65.768,28
Diárias	73.510,65	72.139,72	73.400,23	72.139,72
Outras	460.059,54	634.322,47	460.059,54	632.174,99

Fonte: SIAFI GERENCIAL, observando que existe no exercício de 2010 a execução orçamentária de trinta milhões de reais (R\$ 30.000,00) do IFB.

#### 2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 2.17 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1- Despesas de Pessoal		65.768,28		65.768,28				65.768,28
319011-Vencimento e Vantagens Fixas		65.768,28		65.768,28				65.768,28
2- Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	1.948.899,87	805.289,11	1.362.239,91	729.103,20	586.659,96	76.185,91	1.359.509,77	726.955,72
339018-Auxílio Financeiro Estudantes	431.000,00	472.091,58	295.700,00	472.091,58	135.300,00		295.700,00	469.944,10
339036-Serviços Pessoa Física	120.284,54	125.675,26	120.284,54	124.307,86		1.367,40	120.284,54	124.307,86
339014-Diárias	73.510,65	72.139,72	73.510,65	72.139,72			73.510,65	72.139,72
Demais elementos do Grupo	1.324.104,68	135.382,55	872.744,72	60.564,04	451.359,96	74.818,51	870.014,58	60.564,04

Fonte: SIAFI GERENCIAL





### 2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 2.18 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	12.361.739,08	39.317.877,86	2.773.672,18	37.964.260,70	9.588.066,90	1.353.617,16	2.773.672,18	34.138.439,62
449051 - Obras e Instalações	5.673.672,19	38.864.954,48	2.773.672,18	37.924.556,60	2.900.000,01	940.397,88	2.773.672,18	34.138.439,62
449052 – Equipamentos e Material Permanente	6.688.066,89	452.923,38		39.704,10	6.688.066,89	413.219,28		0,00
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### Análise Crítica

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

Em 2010, nas Despesas por Modalidade de Licitação as alterações significativas ocorridas, em comparação com o exercício de 2009, referem-se à licitação da obra da Unidade do Plano Piloto do Instituto Federal de Brasília e a necessidade legal da realização de uma Dispensa de Licitação para dar continuidade à obra de implantação do Campus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás.

Nas Despesas Correntes observa-se que o Instituto Federal de Goiás, sensível as questões sociais, fez gestões junto ao MEC/SETEC, para garantir auxílio financeiro aos estudantes evitando, principalmente, a evasão escolar e propiciando melhores condições ao ensino-aprendizagem. Tais benefícios atenderam tanto aos estudantes dos Programas de Jovens e Adultos como também de qualquer modalidade de ensino da Instituição.

Nas Despesas de Capital, as alterações significativas ocorridas demonstram-se claramente o investimento na construção dos novos campi do IFG que representa aproximadamente noventa e cinco por cento (95%) de Despesa Empenhada da Instituição em Créditos Recebidos por Movimentação (R\$8.864.954,48). Além disso, destaca-se também a obra de construção da Unidade do Plano Piloto do IFB, conforme citado anteriormente (R\$30.000.000,00).

- Contingenciamento no exercício: NÃO OCORREU NO PERÍODO.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não há eventos negativos a serem mencionados, porém o evento positivo deve ser ressaltado nesta análise. E este faz referência aos Restos a Pagar não processados, isto é, não liquidados que, como pode ser observado nas planilhas anteriores, se comparado os exercícios de 2010 com o de 2009, reduziram significativamente demonstrando a eficiência e eficácia da Instituição, principalmente, na execução de seus contratos de obras civis com o envolvimento de toda a Administração desde as equipes de fiscalização das obras até a equipe da Contabilidade que faz a quitação das faturas.

Faz-se importante também reconhecer a sensibilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC nos últimos anos com o Instituto Federal de Goiás, cumprindo honrosamente os compromissos assumidos com a Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás, assegurada numa política governamental.

#### ***2.4.3. Indicadores e Análise de Desempenho***

As informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão estão relatadas no Capítulo 11 deste relatório.

### CAPÍTULO 3. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Parte A, Item 4, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

O quadro a seguir contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2010, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro 3.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	110.681,31	2.809,03	107.872,28	0,00
2008	575.448,20	203.996,00	371.452,20	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	15.557.344,31	558.896,41	13.907.530,72	1.090.917,18
2008	24.739.246,96	834.792,38	23.904.454,58	0,00

Observações: NADA A DECLARAR.

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### Análise Crítica

Com vistas à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país e que consta no PPA 2008-2011 tem-se feito grandes investimentos em todos os estados da federação. Diante disso, o IFG, também comprometido com esta política de governo, está implantando, desde 2007, mais seis (06) Campi (Anápolis, Formosa, Inhumas, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu). Neste período a Instituição tem investido intensamente na construção dessas unidades de ensino e na implantação da área administrativa e acadêmica com a aquisição de equipamentos e material permanente. Tudo isso, tem levado a assumir compromissos, às vezes, no encerramento do exercício que geram os restos a pagar.

Todavia, a Instituição tem envidado esforços para cumprir todos os compromissos assumidos durante o exercício. Diante disso, tem feito, junto às empresas contratadas, gestões para agilizar e concluir o que está contratado e previsto em cronograma físico-financeiro. Porém, principalmente no caso de obras civis, temos outras variáveis que influenciam negativamente na sua execução como, por exemplo, período chuvoso. Em relação às aquisições de equipamentos, temos a situação da importação, que às vezes apresenta alguma dificuldade imprevisível.

Por fim, é relevante afirmar que os Restos a Pagar Processados e Não Processados do IFG não ultrapassaram mais de um exercício financeiro sem o embasamento legal, conforme quadro anterior.

## CAPÍTULO 4. RECURSOS HUMANOS

(Parte A, Item 5, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

### 4.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

A composição do quadro de servidores ativos da UJ está sendo demonstrada por intermédio de três (3) demonstrativos: o primeiro compreende a lotação efetiva e autorizada do quadro de recursos humanos da UJ, bem assim os ingressos e egressos de servidores no exercício de 2010; o segundo contempla a composição do quadro de pessoal por faixa etária dos servidores; e o terceiro a composição do quadro de pessoal por nível de escolaridade.

O quadro a seguir correspondente ao primeiro demonstrativo citado, compreende uma planilha onde na primeira coluna são discriminadas algumas tipologias de cargos da Administração Pública, enquanto as quatro (4) colunas restantes informam sobre a Lotação Autorizada, a Lotação Efetiva, o número de Ingressos e o número de Egressos em 2010, para cada tipologia discriminada na primeira coluna.

Quadro 4.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>829</b>	<b>829</b>	<b>305</b>	<b>64</b>
1.1. Membros de poder e agentes públicos				
1.2. Servidores de Carreira	721	721	262	08
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	719	719		
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	02	02		
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3. Servidor com Contratos Temporários	67	67	43	43
1.4. Servidores Cedidos e em Licença	41	41		
1.4.1. Cedidos	09	09		
1.4.2. Removidos				
1.4.3. Licença remunerada	29	29		
1.4.4. Licença não remunerada	03	03		
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	<b>197</b>	<b>197</b>		
2.1. Cargos Natureza Especial				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	57	57		
2.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	54	54		
2.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	01	01		
2.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4. Sem vínculo	02	02		
2.2.5. Aposentado				
2.3. Funções Gratificadas	140	140		
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	137	137		
2.3.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3. Servidor de outros órgãos e esferas	03	03		
<b>3. Total</b>	<b>1.026</b>	<b>1.026</b>	<b>305</b>	<b>64</b>

Fonte: Cadastro DDRH/SIAPE e Folha de Pagamento.

O quadro a seguir, corresponde ao segundo demonstrativo, que contempla a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no quadro anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco (5) colunas discriminando cinco (5) faixas etárias sucessivas e complementares.

Quadro 4.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.

Tipologias dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	67	261	357	113	31
1.1. Membros de poder e agentes públicos					
1.2. Servidores de Carreira	31	232	326	101	31
1.3. Servidor com Contratos Temporários	36	21	09	01	
1.4. Servidores Cedidos e em Licença		08	22	11	
2. Provimento de cargo em comissão	41	47	78	22	09
2.1. Cargos Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	11	32	11	02
2.3. Funções Gratificadas	40	36	46	11	07

Fonte: SIAPE e Cadastro DDRH.

O quadro a seguir, corresponde ao terceiro demonstrativo, que contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no primeiro quadro deste capítulo, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove (9) colunas discriminando nove (9) níveis de escolaridade distintos.

Quadro 4.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010.

Tipologias dos Cargos	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo				07	191	237	183	126	85
1.1. Membros de poder e agentes públicos									
1.2. Servidores de Carreira				07	188	209	152	81	84
1.3. Servidor com Contratos Temporários						27	17	22	01
1.4. Servidores Cedidos e em Licença					03	01	14	23	
2. Provimento de cargo em comissão					36	84	28	29	20
2.1. Cargos Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					07	19	12	11	08
2.3. Funções Gratificadas					29	65	16	18	12

LEGENDA: Nível de Escolaridade = 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.

Fonte: SIAPE e Cadastro DDRH.

#### 4.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ esta composta de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

O quadro a seguir, correspondente ao primeiro demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de 2010, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

Quadro 4.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010.

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1. Integral</b>	<b>175</b>	<b>18</b>
1.1. Voluntária	165	17
1.2. Compulsório	01	01
1.3. Invalidez Permanente	09	
1.4. Outras		
<b>2. Proporcional</b>	<b>66</b>	<b>03</b>
2.1. Voluntária	59	03
2.2. Compulsório	07	
2.3. Invalidez Permanente		
2.4. Outras		

Fonte: SIAPE e Cadastro DDRH.

O quadro a seguir, correspondente ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminadas dois (2) regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos beneficiários e o número de pensões ocorridas no exercício de 2010, vinculados a cada regime de proventos.

Quadro 4.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	93	02
2. Proporcional		

Fonte: SIAPE e Cadastro DDRH.

### 4.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

O Instituto Federal de Goiás não efetuou nenhum contrato de estagiário em 2010 que gerou custos a Instituição, conforme informação da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, unidade administrativa responsável pela gestão de cadastro de estagiários no SIAPE. Porém temos a informar que na Instituição tiveram em situação de estágio vários estudantes, conforme apresentado no quadro a seguir.



Quadro 4.6 - Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00) (*)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	01	28	07	14	
Área Fim		27	05	13	
Área Meio	01	01	02	01	
Nível Médio	02	03	07	01	
Área Fim	02	03	04		
Área Meio			03	01	

Fonte: Pró-reitoria de Extensão.

Destacamos que os estágios obrigatórios e não remunerados foram ofertados aos alunos do próprio Instituto Federal de Goiás, bem como, a estudantes da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, através de convênios específicos, não havendo impactos financeiros para o IFG.



Foto 3 – Fachada do Campus Goiânia.

#### 4.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

A composição do quadro de custos de recursos humanos da UJ está demonstrada no quadro a seguir, que discriminará, para sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 4.7 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes públicos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	13.418.925,38		17.230.207,20	1.167.602,08	1.551.699,84	481.710,87	255.399,67	34.105.545,04
2009	19.026.065,91		21.499.139,27	971.980,03	1.708.945,61	551.391,07	219.866,18	43.977.388,07
2010	24.130.382,74		28.556.716,88	589.226,34	4.195.649,56	1.757.455,78	284.543,45	59.513.974,75
Servidores com Contratos Temporários								
2008	1.044.543,89							1.044.543,89
2009	1.716.765,31							1.716.765,31
2010	2.306.991,70							2.306.991,70
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	110.110,90	2.460,98	34.963,01	22.574,12		3.528,00	19.183,91	192.820,92
2009	196.762,39	17.750,94	40.409,55	31.772,53		9.958,11	35.122,18	331.775,70

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
2010	169.520,90	23.394,78	44.036,90	23.239,81		35.121,18	34.211,14	329.524,71
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.001.897,47		333.965,82					1.335.865,29
2009	1.297.923,77		432.641,26					1.730.565,03
2010	1.615.904,55		723.717,40					2.339.962,95
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008	443.640,08			147.880,03				591.520,11
2009	618.111,52			190.188,16				808.299,68
2010	637.754,62			196.232,33				833.986,95

Fonte: GRRUBRICA, Ficha Financeira Anual e DDP.

#### 4.5. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra serão demonstrados por intermédio de três (3) demonstrativos: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene ostensiva; Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra; Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Os quadros a seguir compreendem os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2010 no IFG, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 4.8 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS ANÁPOLIS													
UG/Gestão: 158522/26429							CNPJ:10.870.883/0009-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	09/2010	10.655.701/0001-12	24/05/2010	31/12/2011	8	3		5			P
2010	L	O	12/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	30/06/2011	11	8		3			P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS FORMOSA													
UG/Gestão: 158523/26429							CNPJ:10.870.883/0007-30						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	13/2010	08.965.970/0001-33	28/05/2010	30/06/2011	10	10					P
2010	V	O	11/2010	10.655.701/0001-12	20/05/2010	31/12/2011	8			8			P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS GOIÂNIA													
UG/Gestão: 158430/26429							CNPJ:10.870.883/0002-25						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	12/2008	00.467.361/0001-42	01/03/2008	30/12/2010	68	68					E
2008	V	O	10/2008	04.701.639/0001-55	01/03/2008	31/12/2011	5	5					P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS INHUMAS													
UG/Gestão: 158432/26429							CNPJ: 10.870.883/0004-97						
Informações sobre os contratos													

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	14/2008	00.467.361/0001-42	15/02/2008	30/12/2010	14	14			1	1	E
2007	V	O	16/2007	05.502.450/0001-04	08/05/2007	31/12/2011	8	8					P

Unidade Contratante

Nome: CAMPUS ITUMBIARA

UG/Gestão: 158433/26429

CNPJ: 10.870.883/0005-78

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	62/2009	08.965.970/0001-33	15/10/2009	30/06/2010	9	8		1			E
2010	L	O	03/2010	08.965.970/0001-33	01/07/2010	31/12/2011	11	11					P
2008	V	O	64/2008	08.931.820/0001-09	14/10/2008	31/12/2011	8	8					P

Unidade Contratante

Nome: CAMPUS JATAÍ

UG/Gestão: 158431/26429

CNPJ: 10.870.883/0003-06

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	28/2006	00.467.361/001-42	04/08/2006	30/12/2010	09	05		04			E
2008	V	O	11/2008	01.160.949/0001-11	01/03/2008	31/12/2011	06	05		01			P

Unidade Contratante

Nome: CAMPUS LUZIÂNIA

UG/Gestão: 158524/26429

CNPJ: 10.870.883/0008-10

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	



2010	L	O	19/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2010	8	8					E
2010	V	O	10/2010	05.502.450/0001-04	24/05/2010	31/12/2010	8			8			E

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS URUAÇU													
UG/Gestão: 158434/26429							CNPJ: 10.870.883/0006-59						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	65/2008	08.931.820/0001-09	14/10/2008	31/12/2011	8			8			P
2010	L	O	14/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2011	7			7			P
Observação: NADA A DECLARAR.													
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene e (V) Vigilância Ostensiva; Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental, (M) Ensino Médio e (S) Ensino Superior; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato e (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIASG.

Os quadros a seguir compreendem os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010 no IFG, mesmo que não efetivados no exercício. Excetua-se deste Quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no anterior.

Quadro 4.9 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS ANÁPOLIS													
UG/Gestão: 158522/26429							CNPJ: 10.870.883/0009-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	12/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	30/06/2011	01			01			P



Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS FORMOSA													
UG/Gestão: 158523/26429							CNPJ:10.870.883/0007-30						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	13/2010	08.965.970/0001-33	28/05/2010	30/06/2011	1	1					P
2010	6	O	13/2010	08.965.970/0001-33	28/05/2010	30/06/2011	1			1			P
2010	7	O	13/2010	08.965.970/0001-33	28/05/2010	30/06/2011	1	1					P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS GOIÂNIA													
UG/Gestão: 158430/26429							CNPJ:10.870.883/0002-25						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	12/2008	00.467.361/0001-42	01/03/2008	30/12/2010	10			10			E
2009	2	O	25/2009	26.692.780/0001-71	14/04/2009	31/12/2011		10					P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS INHUMAS													
UG/Gestão: 158432/26429							CNPJ: 10.870.883/0004-97						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	2	O	14/2008	00.467.361/0001-42	15/02/2008	30/12/2010	2	2					E
2008	1	O	14/2008	00.467.361/0001-42	15/02/2008	30/12/2010	2	2					E
2009	2	O	27/2009	26.692.780/0001-71	14/04/2009	31/12/2011		4					P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS ITUMBIARA													
UG/Gestão: 158433/26429						CNPJ: 10.870.883/0005-78							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	62/2009	08.965.970/0001-33	15/10/2009	30/06/2010	2	2					E
2009	2	O	62/2009	08.965.970/0001-33	15/10/2009	30/06/2010	1	1					E
2010	1	O	03/2010	08.965.970/0001-33	01/07/2010	31/12/2011	2	2					P
2010	3	O	03/2010	08.965.970/0001-33	01/07/2010	31/12/2011	1	1					P
2010	2	O	03/2010	08.965.970/0001-33	01/07/2010	31/12/2011	1	1					P
2009	2	O	29/2009	26.692.780/0001-71	14/04/2009	31/12/2011		7					P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS JATAÍ													
UG/Gestão: 158431/26429						CNPJ: 10.870.883/0003-06							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	2	O	28/2006	00.467.361/0001-42	04/08/2006	30/12/2010	1			01			E
2006	1	O	28/2006	00.467.361/0001-42	04/08/2006	30/12/2010	2			02			E
2009	2	O	26/2009	26.692.780/0001-71	14/04/2009	31/12/2011		12		01			P

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS LUZIÂNIA													
UG/Gestão: 158524/26429						CNPJ: 10.870.883/0008-10							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	19/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2010	3			3			E
2010	2	O	19/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2010	1			1			E
2010	3	O	19/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2010	1	1					E

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS URUAÇU													
UG/Gestão: 158434/26429							CNPJ: 10.870.883/0006-59						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	14/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2011			04	04			P
2010	3	O	14/2010	08.965.970/0001-33	01/06/2010	31/12/2011			01	01			P
2009	4	O	28/2009	26.692.780/0001-71	14/04/2009	31/12/2011				10			P
Observação: NADA A DECLARAR.													
LEGENDA: Área: 1-Apoio Administrativo Técnico e Operacional, 2-Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 3-Serviços de Copa e Cozinha, 4-Manutenção e Conservação de Bens Móveis, 5-Serviços de Brigada de Incêndio, 6-Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes e 7-Outras; Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental, (M) Ensino Médio e (S) Ensino Superior; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato e (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIASG.

O quadro a seguir compreende a situação em 31/12/2010 da distribuição de trabalhadores contratados mediante os contratos de locação de mão de obra relacionados nos dois (2) quadros anteriores pelas unidades administrativas associadas à UJ.

Quadro 4.10 – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
09/2010	8	8	Campus Anápolis
12/2010	7	11	
12/2010	3	01	
13/2010	7	10	Campus Formosa
13/2010	3	1	
13/2010	2	1	
13/2010	1	1	
11/2010	8	8	
12/2008	7	68	Campus Goiânia
10/2008	8	5	
12/2008	1	10	
25/2008	2	10	
14/2008	1	2	Campus Inhumas
14/2008	2	2	
14/2008	7	15	
16/2007	8	8	
27/2009	2	4	
64/2008	8	8	Campus Itumbiara
03/2010	7	11	
03/2010	1	2	
03/2010	3	1	
03/2010	2	1	
29/2009	2	7	
28/2006	7	9	Campus Jataí
28/2006	2	1	
28/2006	1	2	
11/2008	8	6	
26/2009	2	13	
19/2010	1	3	Campus Luziânia
19/2010	2	1	
19/2010	3	1	
10/2010	8	8	
19/2010	7	8	
65/2008	8	8	Campus Uruaçu
14/2008	7	7	
14/2010	1	4	
14/2010	3	1	
28/2009	4	10	

**LEGENDA:**

Área:

1-Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2-Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

3-Serviços de Copa e Cozinha; 4-Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5-Serviços de Brigada de Incêndio; 6-Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;

7-Higiene e Limpeza; 8-Vigilância Ostensiva; 9-Outras.

Fonte: SIASG e SIAFI.

#### 4.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

O Instituto Federal de Goiás está em fase de implantação de seus Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. No ano de 2010, teve continuidade a implantação do indicador de desempenho funcional, por meio da avaliação de desempenho dos servidores docentes e técnico-administrativo.

A avaliação de desempenho funcional tem como objetivo mensurar a atuação dos servidores, identificando a base de conhecimentos para o cargo e/ou função, o comprometimento com a qualidade do serviço prestado e o compromisso com a ética no serviço público, além das relações internas de trabalho.

A meta da avaliação de desempenho funcional é identificar possíveis falhas na atuação dos servidores para dimensionar as medidas necessárias para a superação das mesmas. Ela é feita anualmente, inclusive para os servidores em estágio probatório.

O padrão utilizado é o da conjugação da autoavaliação com as avaliações da chefia imediata e dos colegas de ambiente organizacional. A metodologia é a da aplicação de questionários, com os seguintes parâmetros de avaliação: assiduidade, pontualidade, habilidade técnica, responsabilidade, trabalho de equipe, relacionamento, adaptação a novas situações, compartilhamento de saberes, inovação e ética.

Em 2010, 286 servidores foram avaliados, dos quais a ampla maioria teve avaliação positiva, com pontuação final maior que cinco. Apenas um servidor teve avaliação negativa, pontuação final menor que cinco. Outros 262 servidores efetivos ingressaram na Instituição no ano de 2010 e não tiveram suas avaliações concluídas, em função do período de trabalho (menos de um ano).

Quadro 4.11 – Número de servidores avaliados.

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>
Técnico Administrativo	226
Docente	60

Fonte: PRODI/DDRH.

Apesar de ainda não ter consolidado indicadores específicos para avaliar temas como absenteísmo, acidentes de trabalho, rotatividade, disciplina e demandas trabalhistas, a Administração faz o acompanhamento sistemático da vida funcional dos servidores e avalia, obtendo informações sobre os temas.

O controle da jornada de trabalho (por meio da assinatura de folha de ponto) mostra que não existe absenteísmo: as ausências não são frequentes e, quando ocorrem, são justificadas.

Em 2010, a Instituição não registrou nenhum acidente de trabalho. A rotatividade é pequena, visto que os servidores são integrantes das carreiras de servidor público federal de Técnico-administrativo em Educação e de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Em relação aos servidores com contratos temporários, existe rotatividade decorrente da própria natureza do contrato que, segundo previsão legal, tem duração máxima de dois anos.

A gestão de pessoas também não enfrenta problemas relacionados à disciplina. Em 2010, foram abertos apenas três processos administrativos disciplinares.

Houve, no entanto, um número significativo de demandas trabalhistas (17 ações de mandado de segurança), todas relacionadas à carga horária de trabalho, em função da acumulação de cargos. A Administração procurou cumprir a determinação de adequação de carga horária (acumulação de

no máximo 60 horas) e os servidores tem recorrido à Justiça para manter seus contratos de trabalho, sem alteração de carga horária.

A gestão de recursos humanos no Instituto Federal de Goiás priorizou o dimensionamento de quadros e a admissão de novos servidores efetivos em 2010. Foram abertos seis concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e, ainda, três seleções públicas para contratação de professores temporários.

A priorização deveu-se à necessidade de o Instituto Federal de Goiás ampliar seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, principalmente em função da constituição de novos campi e da ampliação da oferta de cursos e vagas. Também houve a oportunidade, com a distribuição, por parte do Ministério da Educação, de vagas para provimento por meio de concursos públicos.

Em relação à qualificação de servidores, a Instituição manteve sua política de incentivo por meio da oferta de bolsas e da liberação dos servidores para a qualificação. Já a política de capacitação, por meio da oferta de cursos próprios, sofreu uma descontinuidade, em função da necessidade de readequação das ofertas para melhor atender às necessidades institucionais e expectativas dos servidores.

A gestão de pessoas no Instituto Federal de Goiás, em 2010, também manteve ações de assistência psicossocial, de assistência e promoção à saúde e de socialização e interação dos recursos humanos.



Foto 4 – Fachada do Campus Inhumas.



## CAPÍTULO 5. CONTROLES INTERNOS DO IFG

### 5.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DO IFG

(Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

A informação está estruturada conforme o quadro a seguir, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Quadro 5.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão				X	

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 5.2. RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO DO IFG

(Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

A Auditoria Interna, que tem por missão básica o exame da integridade e confiabilidade das informações e registros, a simplificação dos procedimentos e a correta aplicação da legislação, no exercício de 2010, estavam previstas a realização das seguintes ações:

- Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna- RAIN/ 2010;
- Análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2009;
- Atendimento e acompanhamento às auditorias, acompanhamento da implementação do Plano de Providências Permanente sobre as recomendações emitidas pela CGU e das determinações, diligências e Acórdãos do TCU, conforme se relata no Capítulo 10;
- Avaliação dos controles de bens móveis e imóveis;
- Auditoria na folha de pagamentos de pessoal;
- Acompanhamento dos prazos e execução dos contratos de prestação de serviços continuados;
- Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios;
- Avaliação da regularidade da aquisição de bens por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
- Auditoria nos processos de concessão de suprimentos de fundos;

- Elaboração do Planejamento da Auditoria Interna - PAINT/2011.

### ***5.2.1. Das ações planejadas temos a relatar as seguintes realizações:***

- A análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2009 foi realizada, porém sem a emissão do Parecer da Auditoria Interna, uma vez que o documento não foi exigido nas peças de instrução do referido processo;
- Foi realizada auditoria na folha de pagamento de pessoal. A avaliação dos pagamentos de adicional de insalubridade e periculosidade ficou acima do previsto, como também das concessões de Diárias, contemplando os 50%. Também foram analisados 20% dos processos de afastamento de servidores para estudos;
- Com relação aos procedimentos licitatórios, analisamos 10 (dez) processos, como amostragem, com o objetivo de conferir a correta formalização processual e o cumprimento da legislação vigente, tendo sido encaminhado aos setores competentes o resultado das constatações e recomendações;
- Na análise dos processos de suprimento de fundos não houve ressalvas quanto ao uso de cartão de pagamentos. Ressaltamos apenas que sua utilização reduziu bastante devido aos novos procedimentos para a realização de às visitas técnicas e aulas práticas no IFG;
- O Planejamento da Auditoria Interna - PAINT/2011 preliminar foi elaborado e encaminhado a CGU- Regional /GO para análise, que relacionou algumas alterações. Tais alterações foram realizadas e posteriormente encaminhadas para aprovação.

### ***5.2.2. Implementação ou cumprimento de recomendação dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:***

Atendimento à Controladoria Geral da União em Goiás- CGU- em relação ao Relatório Anual de Contas 2009 nº 244007 com a consequente elaboração do Plano de Providências Permanente cujo teor das providências encontra-se relatado no Capítulo 10 deste documento.

### ***5.2.3. Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna:***

Dentre as atividades consideradas relevantes e que causaram impacto na Auditoria Interna podemos citar:

- Recomposição da Equipe, conforme quadro a seguir;

Quadro 5.2 – Equipe de Auditoria Interna.

<b>Nome</b>	<b>Atividade Desenvolvida</b>	<b>Situação Funcional</b>	<b>Período</b>
Domício Moreira Ribeiro	Atuação na auditoria	Afastado p/ Mestrado	Março/2010 a Março/2012
João Barbosa da Silva	Não atuou na auditoria	Aposentou	Julho/2010
Maria Eugênia Pires	Atuação na auditoria	Ativo	Janeiro a Dezembro/2010
Dean Mardem	Atuação na auditoria	Ativo	Outubro a Dezembro/2010
Márcia Sotério de Oliveira	Atuação na auditoria	Ativo	Novembro a Dezembro/2010

- Auditoria Especial não programada em atendimento ao Ofício nº38130/DSDU II/DS/CGU-PR;
- Levantamento e análise de todos os processos de concessão de Suprimento de Fundos de 2008 (novembro e dezembro);
- Atendimento AECI/MEC Ofício Circular nº004/2010/AECI/GM/MEC conjuntamente com a Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (março a setembro).

Além dos aspectos citados acima, podemos citar o Plano de Expansão da Rede Federal Tecnológica que tem proporcionado gradualmente o crescimento do Instituto Federal de Goiás. Fato este que provoca cada vez mais procedimentos de controle e trabalho em equipes, não só para a Auditoria Interna como também para a própria Reitoria e todos os setores da área administrativa e acadêmica.

#### 5.2.4. Desenvolvimento Institucional e Capacitação da Auditoria Interna

Quadro 5.3 – Capacitação da Equipe de Auditoria Interna.

Evento	Atividades desenvolvidas	Período
Participação nas edições do Fórum de Auditores Internos das Instituições de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação - FONAI/MEC	Participação da servidora Marisa Eugênia Pires XXXII E XXXIIIFONAI/MEC realizados respectivamente em Florianópolis e Salvador.	17 a 21 de maio 19 a 22 de outubro
Estudo técnico de rotina sobre a atuação da auditoria nas diversas áreas componentes da gestão.	Estudos através de pesquisas nas legislações disponíveis em sites e troca com colegas de outras Unidades; leitura de livros técnicos.	Janeiro a dezembro
Encontro Nacional de Corregedorias	Participação dos servidores Dean Mardem, Marisa Eugênia Pires e Márcia Sotério no Encontro Nacional de Corregedorias realizado em Brasília-DF.	17 e 18 de novembro
Capacitação técnica profissional da equipe de auditoria da Auditoria Interna	Participação dos servidores Dean Mardem, Marisa Eugênia Pires e Márcia Sotério no curso Fiscalização de Contratos de Terceirização, ministrado pela Controladoria Geral da União.	29 de Novembro a 01 de dezembro
I Encontro de Auditorias Jurisdicionadas a CGU-GOIÁS.	Apresentação da Auditoria Interna do IFG, RAIN T e PAINT 2010.	22 e 23 de Novembro

Quanto às informações sobre a realização de ações de fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna, tais como revisão de normativos internos de auditoria, redesenhos organizacionais com impacto sobre a auditoria interna e aquisição ou desenvolvimento de metodologias e softwares aplicados à ação de auditoria temos a informar que houve, conforme relatado anteriormente, a recomposição da equipe com mais dois (2) servidores o que, além de gerar expectativas quanto à realização integral das atividades internas programadas, possibilitou também retomarmos os estudos quanto aos normativos internos de auditoria e desenvolver novas metodologias de trabalho, a serem aplicadas no decorrer do ano 2011.

## CAPÍTULO 6. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

(Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

Apresentamos a seguir um quadro que traz avaliações sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis no Instituto Federal de Goiás.

Quadro 6.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? São várias certificações. Estas dependem do tipo de material ou equipamentos que tem sido adquirido.		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? • Quanto à aquisição de bens/produtos que colaboram para a economicidade, o IFG tem adquirido para os novos campi torneiras automáticas e lâmpadas eletrônicas e nos campi em funcionamento estes equipamentos tem sido substituídos gradualmente.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Fizemos Adesão a Ata de Registro de Preços.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais: Após a análise e resposta às questões apresentada percebe-se a necessidade premente do Instituto Federal de Goiás investir na gestão ambiental e em licitações sustentáveis.</i>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



Foto 5 – Fachada do Campus Itumbiara.



## CAPÍTULO 7. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

(Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

O quadro denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 7.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2009	Exercício 2010
Brasil	<b>GOIÁS</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
	Anápolis	01	01
	Aparecida de Goiânia		01
	Formosa	01	01
	Goiânia	02	02
	Inhumas	01	01
	Itumbiara	01	01
	Jataí	02	02
	Luziânia	01	01
	Uruaçu	02	02
Subtotal Brasil		11	12
Exterior			
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		11	12

Fonte: SPIUNET.

O quadro denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, apesar de se aplicar à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2010, pois o Instituto Federal de Goiás não realizou a locação de imóveis de terceiros nos exercícios de 2009 e 2010.

O quadro denominado Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2010, estavam sob a responsabilidade do Instituto Federal de Goiás.

Quadro 7.2 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.

UG	Identificação	RIP	Regime de utilização do imóvel	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158430	Em construção - Campus Aparecida de Goiânia	9227000315005	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	29/10/2009	290.341,05		
158430	Campus Goiânia	9373000065009	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	18/10/2010	23.095.716,38	1.775.951,75	300.326,73
158430	Goiânia - Lote	9373005415008	Vago para Uso	Bom	15.000,00	16/10/2008	301.600,00		
158431	Campus Jataí	9433000115003	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	16/10/2008	4.177.538,98		61.608,12
158431	Em construção - Nova sede do Campus Jataí	9433000395006	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	18/10/2010	5.949.326,19		
158432	Campus Inhumas	9395000025008	Uso em Serviço Público	Novo	1.262.178,81	18/10/2010	12.305.800,62		35.834,88
158433	Campus Itumbiara	9425000285005	Uso em Serviço Público	Novo	500.000,00	16/12/2010	11.409.368,25		35.834,88
158434	Uruaçu – Lote	9633000235001	Vago para Uso	Bom	150.000,00	27/11/2009	400.000,00		
158434	Campus Uruaçu	9633000255002	Uso em Serviço Público	Muito Bom	1.150.000,00	24/11/2010	3.482.140,66	2.616.324,60	35.834,88
158522	Campus Anápolis	9221000665007	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	16/12/2010	10.356.509,17		
158523	Campus Formosa	9361002605007	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	16/12/2010	8.766.405,35		
158524	Campus Luziânia	9445000255003	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	19/10/2010	5.249.588,13		
Total					15.377.148,45		85.784.334,78	4.392.276,35	469.439,49

LEGENDA: RIP – Registro Imobiliário Patrimonial.

Fonte: SIAFI.

## Análise Crítica

Após o preenchimento do quadro da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial do Instituto Federal de Goiás, onde incluímos uma coluna de identificação dos Campi e a somatória das colunas do valor histórico, isto é, de aquisição e a do valor reavaliado dos imóveis, percebe-se com clareza o quanto a Instituição cresceu nos últimos anos com as novas áreas que foram recebidas de doações e incluídas no patrimônio. Estas, com exceção dos dois (2) lotes mencionados, têm recebido constantes investimentos de obras civis, instalações, materiais permanentes e equipamentos para serem disponibilizados à sociedade local do município onde estão inseridos os Campi que, conseqüentemente, os tem valorizado enormemente. Além disso, informa-se também que não há nenhuma área com impedimentos de regularização.

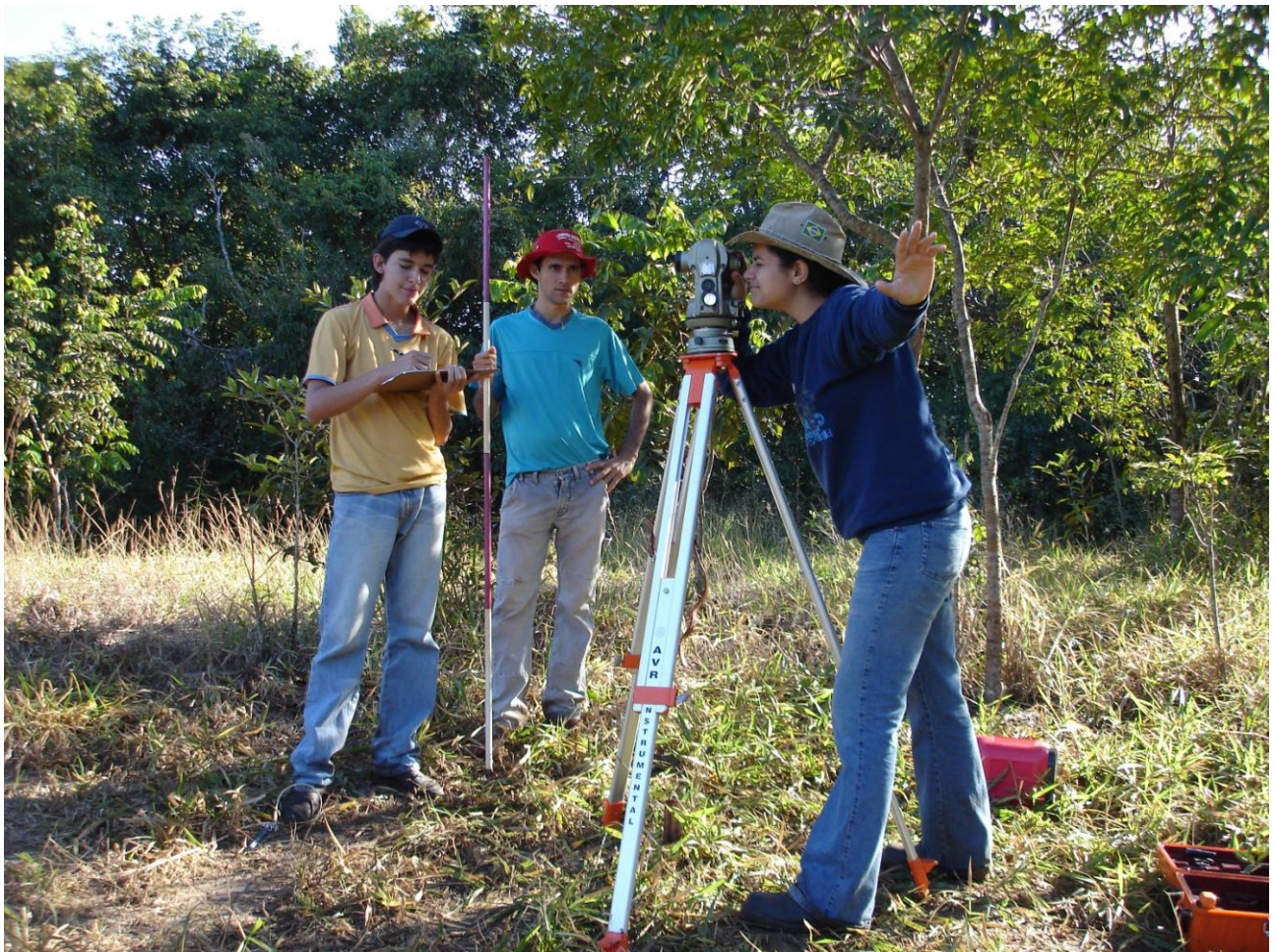


Foto 6 – Estudantes de Agrimensura do Campus Jataí.



## CAPÍTULO 8. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

Quadro 8.1 – Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	20				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30,00%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
<b>Considerações Gerais:</b>					
A gestão de TI nesta UJ é conduzida por uma diretoria específica, com pouco mais de um ano de funcionamento. Estão sendo encaminhadas as principais ações aqui citadas, ou seja, a implantação do Comitê Gestor de TI, institucionalização das políticas e normas para TI, o Plano Diretor de TI, dentre outras. O presente quadro retrata a situação vigente no final de 2010.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ;					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria;					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ;					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria;					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

## CAPÍTULO 9. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

(Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

As despesas com Cartão de Crédito Corporativo do IFG estão demonstradas por intermédio de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreende a despesa com cartão de crédito por portador, bem assim os valores limites estipulados para a UG e para os respectivos portadores; o segundo demonstra a despesa com o Cartão de Crédito Corporativo consolidada da UJ, comparativa com os dois exercícios imediatamente anteriores.

### 9.1. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Os quadros a seguir correspondem ao primeiro demonstrativo citado, a diferença é que o primeiro refere-se aos créditos originários da UJ e o segundo a movimentação interna, ambos compreendem uma planilha onde as informações são discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ.

Quadro 9.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.

Código da UG 1: 158430		Limite de Utilização da UG: R\$ 200.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antônio Gonçalves da Silva	134.171.931-68	1.000,00	180,60	180,60	180,60
Joaquim Fonseca de Menezes	191.751.241-49	1.000,00	84,80	204,38	289,18
Thermutis de Melo e Araujo	589.837.401-91	1.000,00	107,90	483,80	591,70
Total utilizado pela UG			373,30	688,18	1061,48
Código da UG 2: 158431		Limite de Utilização da UG: R\$ 50.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Abel Ferreira de Lima	2167494272	3.000,00	110,00	2.398,76	2.508,76
Total utilizado pela UG			110,00	2.398,76	2.508,76
Total utilizado pela UJ			483,30	3.086,94	3.570,24

Fonte: SIAFI.

Quadro 9.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Código da UG 2: 158431		Limite de Utilização da UG: R\$ 50.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Abel Ferreira de Lima	2167494272	2.000,00		1.874,27	1.874,27
Total utilizado pela UG				1.874,27	1.874,27
Total utilizado pela UJ				1.874,27	1.874,27

Fonte: SIAFI.

### 9.2. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

O quadro a seguir corresponde ao segundo demonstrativo citado, contempla a despesa com Cartão de Crédito Corporativo de maneira consolidada, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas em (4) quatro colunas, a saber: exercícios; saque,

subdividindo-se em quantidade e valor; fatura, também se subdividindo em quantidade e valor; e, por fim, total.

Quadro 9.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a + b)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	
2008	34	5.000,29	316	58.937,34	63.937,63
2009	36	2.551,40	105	45.956,48	48.507,88
2010	07	483,30	15	4.961,21	5.444,51

Fonte: SIAFI.



Foto 7 – Estudantes do Campus Luziânia.



## CAPÍTULO 10. ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

(Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

### 10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

O quadro a seguir contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: Deliberações expedidas pelo TCU, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

Quadro 10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 025.641/2009-0	774/2010-TCU - Segunda Câmara	01	CI	17096-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
Julgar legal para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s).					
1. Processo TC-025.641/2009-0 (APOSENTADORIA)					
1.1. Interessados: Ivan Simão José (044.683.501-30); Nilton Olímpio Álvares (049.318.401-59)					
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC					
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional					105182
Síntese da providência adotada:					
As providências foram cumpridas conforme determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Acatada na íntegra, conforme descrição acima.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve pontos negativos, as providências foram cumpridas conforme determinação.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 017.050/2005-9	672/2009-TCU – Plenário	–	DE	Of. N°0297/2010 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás		451
<b>Descrição da Deliberação:</b>		
<p>9.1. Com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento parcial e tornar sem efeito o item 9.2 e seus respectivos subitens;</p> <p>9.2. Com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e art. 45 da Lei 8.443/93, fixar o prazo de 150 (cento e cinquenta dias), a contar da notificação, para que as entidades e os órgãos abaixo relacionados dêem exato cumprimento à lei para apurar, nos termos da Lei 8.112/90 e 9.784/99, a responsabilidade dos servidores, indicados em relação, a ser encaminhada anexa a este acórdão, pela acumulação de cargos de professor optante pelo regime de dedicação exclusiva, de que tratam os arts. 14 e 15 do Decreto 94.664/87, devendo, caso necessário, instaurar sindicância ou processo administrativo, bem como providenciar a devolução dos valores recebidos indevidamente nos termos da lei: ... Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás,...</p> <p>9.3. Encaminhamento a este Tribunal, para cada servidor nomeado, relatórios circunstanciados, acompanhados de cópia, na íntegra, dos procedimentos adotados.</p>		
<b>Providências Adotadas</b>		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional		105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>		
<p>1. Rafael Alves Pinto Júnior - SIAPE 7271367 Exonerado, a pedido, do cargo que ocupava na prefeitura de Jataí - GO em 02.10.2006. Não há ressarcimento ao erário. Quanto aos procedimentos adotados, foi encaminhado ao Tribunal o Ofício nº288/2010/GAB/IFG de 09/08/2010, no qual foram anexados documentos comprobatórios, conforme determinado no item 9.3.</p>		
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>		
Os resultados obtidos destas ações foram positivos, pois atingimos nossos objetivos ao regularizarmos a situação dos referidos servidores, conforme legislação vigente.		
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>		
Foi obtido êxito e os problemas foram sanados.		

<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 027.976/2009-0	783/2010-TCU - Segunda Câmara	01	CI	17126-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>Considerar legal (ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s).</p> <p>1.1. Processo TC-027.976/2009-0 (ATOS DE ADMISSÃO)</p> <p>1.1. Interessados: Renata Fleury Curado Roriz (705.663.641-15); Renato Araújo Teixeira (864.025.441-91); Renato Oliveira Abreu (005.476.401-70); Renato Valim Boaretto (029.716.936-00); Ricardo Andrade Fernandes Faria (867.164.411-15); Ricardo Ramos Miguel Cezar (003.932.011-12); Rildo Vieira de Araújo (930.024.671-20); Riquelma de Sousa de Jesus (007.972.031-50); Roberta Rodrigues Ponciano (690.023.391-00); Roberto Eduardo Castillo Pizarro (121.110.928-35); Robervaldo Linhares Rosa (598.473.791-49); Rodrigo Cândido Borges (002.592.511-35); Rodrigo Fabiano Kramer (944.390.441-15); Ronaldo Ferreira Vaz (348.647.681-53); Rosângela Mendanha da Veiga (371.070.111-20); Rudson Jesus Pereira (893.437.941-34); Rômulo Fernandes Souto (959.039.501-59); Samuel da Costa (577.903.291-20); Sandra Lúcia Gonçalves (354.171.371-20); Sandra Santos Faria (380.591.931-04); Sandro Henrique Ribeiro (835.173.406-34); Sara Martins Brito (003.053.021-08); Sebastião Cláudio Barbosa (347.619.691-72); Shirley Carmen da Silva (349.388.261-00); Shirá Mohammad Rajeh Ibdeiwí (715.841.531-72); Sigreice Ariomar de Souza Almeida (899.312.971-15); Simone Ariomar de Souza (774.035.921-15); Simone Moreira Alves (559.473.011-72); Simone Souza Ramalho (547.626.001-30); Suelene Vaz da Silva (388.526.591-53); Sávio Bezerra dos Santos (018.031.191-36); Sérgio Pires Pimentel (910.717.471-34); Tatiana Valença Teixeira Jordão (694.979.311-15); Tattiana Fernandes de Oliveira Melo (710.867.141-72); Thermutis de Melo e Araújo (589.837.401-91); Thiago Cardoso de Deus</p>					

(950.045.561-72); Thiago Machado Luz (862.250.221-04); Tomil Pereira Kikumori (926.271.291-04); Uriel Rios Teixeira (011.448.481-30); Valéria Bacelar Brasil (950.051.291-20); Vera Lúcia dos Santos Ferbonink (069.608.498-88); Victor Miranda (991.535.801-68); Vilma França Monteiro (371.536.336-34); Vinícius Carrião dos Santos (709.733.261-15); Vinícius Inácio Carneiro (530.661.621-68); Viviane Margarida Gomes (000.681.301-12); Wagner Zeferino de Freitas (011.742.336-05); Wanderson Silva

Leite (672.087.463-20); Weder David de Freitas (989.473.971-72); Whelton Corrêa do Nascimento (810.856.641-04); Wânder de Souza Santos (004.109.941-97).

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	105182

#### Síntese da providência adotada:

As providências foram cumpridas conforme determinação.

#### Síntese dos resultados obtidos

Acatada na íntegra conforme descrição acima.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve pontos negativos, as providências foram cumpridas conforme determinação.

#### Deliberações do TCU

##### Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 022.360/2009-5	794/2010-TCU-2ª Câmara	01	DE	Of. Nº144/2010/AECI/GM/MEC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	451

#### Descrição da Deliberação:

Considerar procedente, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.360/2009-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - MEC

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo – GO (SECEX-GO)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que proceda à anulação da Portaria 465/2009, por violar o § 1º do art. 11 da Lei n.º 11.892/2008;

1.5.2. Enviar cópia desta deliberação à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Reitoria	97791

#### Síntese da providência adotada:

Portaria nº 243, de 22/03/2010, publicada em 23/03/2010 no DOU anula a Portaria nº 465 de 17/08/2009.

#### Síntese dos resultados obtidos

Os resultados obtidos nesta ação foram positivos, uma vez que foi sanada a irregularidade apontada.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Foi obtido êxito

#### Deliberações do TCU

##### Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 013.160/2010-9	2952/2010-TCU - Segunda Câmara	01	CI	20301-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Considerados legais para fins de registro os atos de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do art. 6º da Resolução TCU nº 206, de 24.10.2007 a seguir relacionado: 1. Processo TC-013.160/2010-9 (PENSÃO CIVIL) 1.1. Interessado: Maria de Jesus Moraes (098.908.823-53) 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás 1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional					105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Lançamento no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos sob a matrícula SIAPE 04316665.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Cumprida na íntegra, conforme descrição acima.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não houve pontos negativos, as providencias foram cumpridas conforme determinação.					

<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 006.700/2010-1	3536/2010-TCU - Segunda Câmara	01	CI	20915-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Considerar prejudicado o julgamento das admissões a seguir relacionadas por perda de objeto, nos termos do art. 7º da Resolução nº206/2007, aplicado de forma analógica. 1. Processo TC-006.700/2010-1 (ATOS DE ADMISSÃO) 1.1. Interessados: Elivanete Alves de Jesus; Eveline Borges Vilela; Fabrizio Alphonso Alves de Melo Nunes Soares; Kenia Alves Pereira Lacerda; Leandra Assis Borges; Lezzir Ferreira Rodrigues; Nádia Maria Cabral; Sheila Dias Alves; Thyago Carvalho Marques; Viníciu Fagundes Bárbara. 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC 1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional					105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Foram realizados os devidos registros.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Cumprida na íntegra, conforme descrição acima.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não houve pontos negativos, as providencias foram cumpridas conforme determinação.					

## 10.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

No encerramento do exercício de 2010 não havia pendências das deliberações do Tribunal de Contas da União. Conforme pode ser observado no item anterior todas as deliberações foram atendidas, portanto não há o que relacionar neste item.

## 10.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

O quadro a seguir contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: Recomendações expedidas pelo OCI, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Quadro 10.2 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação: 001			
Recomendamos ao IFG observar na liquidação e pagamento de despesas, o pactuado nos contratos, incluindo nos processos os devidos esclarecimentos técnicos sobre alterações porventura necessárias, efetuadas por meio de termo aditivo, as quais somente poderão ocorrer se estiverem de acordo com o objeto licitado. Recomendamos ainda, ao Instituto, abster-se de pagar por serviços ainda não executados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Acatamos as recomendações da CGU. Foram repassadas as orientações da Equipe da CGU a Diretoria de Tecnologia da Informação, responsável pela fiscalização do contrato e as equipes de contabilidade e execução financeira executoras dos contratos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aprimoramento e melhoria das rotinas de trabalho, possibilidade de melhor acompanhamento das execuções contratuais. Ciência da legislação vigente e para que se abstenha nas contratações futuras em incorrer na falha apontada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			



Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.5.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação-001, 002, 003 e 004:			
<p>Recomendamos que a Unidade realizasse confronto entre a quantidade diárias e passagens solicitada no requerimento pelos servidores do Campus de Uruaçu e o valor do auxílio transporte registrado no SIAPE, corrigindo as eventuais divergências.</p> <p>Que faça constar nos processos de concessão do auxílio-transporte desses servidores os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- declaração assinada pelo servidor contendo valor diário da despesa realizada com transporte, endereço residencial e percursos e meios de transportes mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa;</li> <li>- comprovante de endereço;</li> <li>- no caso de 4 passagens diárias, justificativa do servidor informando o motivo da quantidade necessária e declaração do IFG informando a carga horária de trabalho.</li> </ul> <p>Que revise os valores concedidos de auxílio-transporte no Campus de Uruaçu de todos os servidores, avaliando a real necessidade de recebimento do benefício, e, modifique o valor de auxílio-transporte de quatro para duas passagens diárias para o servidor de matrícula SIAPE 1548658, pois este trabalha em apenas um turno.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			105182
Síntese da providência adotada:			
<p>Foi realizado o confronto conforme recomendação da equipe de auditoria e implementadas as seguintes atividades:</p> <p>1) Criamos uma Declaração de Quadro de Horário de Trabalho para o servidor para ser anexada juntamente com a solicitação do auxílio-transporte;</p> <p>Solicitamos dos servidores, para que os recibos dos transportes feitos por taxi sejam preenchidos com o percurso da corrida e valor.</p> <p>Foram atualizados os processos auditados e demais processos realizados conforme recomendação.</p> <p>Foi feita a confrontação dos dados constantes no SIAPE, com a solicitação do auxílio transporte do servidor e a declaração de horário de trabalho, constatando a necessidade do pagamento de quatro passagens por trabalhar no período matutino (2), vespertino e noturno (2).</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Maior controle na concessão do auxílio-transporte.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001			
<p>Recomendamos ao IFG que, na elaboração das planilhas orçamentárias das obras atenda ao disposto no § 4º do artigo 7º da Lei 8.666/93, que veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			



Melhoria na apresentação das planilhas orçamentárias, incluindo, além das informações técnicas, também as informações previstas na legislação vigente.
Síntese dos resultados obtidos
Os técnicos com ciência da legislação vigente e, na formalização de novos processos licitatórios, eliminando risco de incorrer na falha apontada
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores negativos

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001 e 002:			
<p>Recomendamos ao IFG atentar ao que dispõe o art. 65 da Lei nº 8.666/1993 em alterar os contratos com as devidas justificativas quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei, com o devido registro de Anotação de Responsabilidade Técnica da alteração.</p> <p>Recomendamos, ainda, ao IFG, não emitir nota de empenho antes da finalização dos trâmites do processo orçamentário, obedecendo, assim ao art. 58 da Lei nº 4.320/64.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
<p>Foram repassadas as recomendações da Equipe de Auditoria aos responsáveis pelos contratos e a todos os fiscais envolvidos. A partir daí, nas novas solicitações de alterações contratuais, os mesmos, melhoraram e readequaram suas justificativas e passaram a providenciar o devido registro de Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme preceitua a legislação vigente.</p> <p>Acatamos a recomendação da CGU em atender a legislação vigente e não mais incorreremos em tal falha.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoramento e readequação das justificativas nos contratos, e providências do registro de ART.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001			
<p>Recomendamos ao IFG que, ao exigir documentação relativa à capacitação técnico-profissional limite-se à comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, exclusivamente para as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme disposto no inciso I do § 1º do art. 30 da Lei 8.666/1993.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Pró-reitoria de Administração	105181
Síntese da providência adotada:	
Melhoria na elaboração dos editais do IFG contemplando a legislação vigente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Acatou-se a recomendação da CGU em atender a legislação vigente e não mais incorrer em tal falha.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores negativos	

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.7	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001			
Recomendamos ao IFG atentar ao que dispõe o § 4º do artigo 7º da Lei 8.666/93, que veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Melhoria na apresentação das planilhas orçamentárias, incluindo, além das informações técnicas, também as informações previstas na legislação vigente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento imediato, ciência da legislação vigente e, na formalização de novos processos licitatórios, não incorrer na falha apontada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve pontos negativos.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.8	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001 e 002:			
Recomendamos ao IFG atentar ao que dispõe o art. 65 da Lei nº 8.666/1993 em alterar os contratos com as devidas justificativas quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei, com o devido registro de Anotação de Responsabilidade Técnica da alteração.			
Recomendamos, ainda, não emitir nota de empenho antes da finalização dos trâmites do processo orçamentário, obedecendo, assim ao art. 58 da Lei nº 4.320/64.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Foram repassadas as recomendações da Equipe de Auditoria aos responsáveis pelos contratos e a todos os fiscais envolvidos. A partir daí, nas novas solicitações de alterações contratuais, os mesmos, melhoraram e readequaram suas			

justificativas e passaram a providenciar o devido registro de Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme preceitua a legislação vigente.

Acatamos a recomendação da CGU em atender a legislação vigente e não mais incorreremos em tal falha.

Síntese dos resultados obtidos

Melhoramento e readequação das justificativas nos contratos,

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve pontos negativos.

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.9	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451

Descrição da Recomendação 001 e 002

Recomendamos ao IFG retificar a medição do Contrato nº 68/2008 referente à Concorrência 02/2008, de forma que a mesma demonstre a real situação dos serviços executados pela empresa.

Recomendamos ainda, ao Instituto, cumprir as regras do art. 65 da Lei 8.666/1993 na aditivação contratual, observando os limites e alterações permitidos e, nos casos em que algum procedimento realizado não esteja coerente com o contratado, documentar a situação real sob pena de responsabilização.

##### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-reitoria de Administração	105181

Síntese da providência adotada:

Dar continuidade as ações de melhoria dos procedimentos de gestão dos contratos de obra a fim de evitar falhas desta natureza. Capacitar e orientar a equipe. Identificar os fiscais que possuem habilitação e experiência para a função.

Síntese dos resultados obtidos

Os resultados serão avaliados no primeiro trimestre de 2011, tendo em vista o prazo para atendimento até dezembro de 2011 e não encaminhamento das informações sobre a implementação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos, conforme informação do gestor, à medida que estão surgindo novas contratações no IFG há capacitação gradualmente os fiscais ou identificação daqueles que já possuem maior experiência para assumir a fiscalização. Quanto aos procedimentos, já estão sendo reelaborados incluindo a experiência da Gerência de Projetos e Obras Cíveis e as recomendações da Equipe de Auditoria da CGU para serem disponibilizados aos fiscais de obras.

#### Recomendações do OCI

##### Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.10	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451

Descrição da Recomendação 001:

Reafirmamos as recomendações emitidas no item anterior.

##### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-reitoria de Administração	105181

Síntese da providência adotada:

Dar continuidade as ações de melhoria dos procedimentos de gestão dos contratos de obra a fim de evitar falhas desta natureza. Capacitar e orientar a equipe. Identificar os fiscais que possuem habilitação e experiência para a função.

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Os resultados serão avaliados no primeiro trimestre de 2011, tendo em vista o prazo para atendimento até dezembro de 2011 e não encaminhamento das informações sobre a implementação.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Não houve fatores negativos, conforme informação do gestor, à medida que estão surgindo novas contratações no IFG há capacitação gradual dos fiscais ou identificação daqueles que já possuem maior experiência para assumir a fiscalização. Quanto aos procedimentos, já estão sendo reelaborados incluindo a experiência da Gerência de Projetos e Obras Cíveis e as recomendações da Equipe de Auditoria da CGU para serem disponibilizados aos fiscais de obras.

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.11	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 001:</b>			
Recomendamos ao IFG implementar a providência indicada de suprimir o item de serviço do Contrato nº 66/2009.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Administração			105181
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Realizar supressão do item de serviço repetido do Contrato nº66/2009.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
O item indicado não foi pago nas medições já realizadas para a empresa. Diante disso, será formalizada a supressão do referido item através de termo aditivo, sanando a falha detectada Os resultados serão avaliados no primeiro trimestre de 2011, tendo em vista o prazo para atendimento até dezembro de 2011 e não encaminhamento das informações sobre a implementação			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.13	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 001:</b>			
Recomendamos ao IFG demonstrar em futuras licitações as metodologias e/ou bases de cálculo utilizadas para a elaboração das planilhas de formação de preços dos serviços a serem realizados, bem como anexar aos processos as pesquisas utilizadas para declarar que os preços estão compatíveis com os de mercado.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Administração			105181
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Fazer constar nos processos a pesquisa de preços e, quando necessária, a metodologia para a composição dos orçamentos estimativos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Adotou – se como procedimento rotineiro e obrigatório tanto para contratações de serviços quanto para aquisições diversas, realizar a pesquisa de preços incluindo, se necessária, a metodologia de cálculo dos orçamentos estimativos e			

anexá-las aos processos licitatórios antes do encaminhamento para a análise da Procuradoria Jurídica.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores negativos.

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.14	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
Recomendamos ao IFG adotar metodologia única para o cálculo dos preços relativos ao pagamento de pró-labores de palestrantes no caso da realização de eventos, observando o disposto no Decreto nº 6.114/2007 e Portaria MEC nº 1.084/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Implementação de metodologia única para o cálculo dos preços relativos ao pagamento de pró-labores de palestrantes no caso da realização de eventos atendendo a legislação vigente.			
Síntese dos resultados obtidos			
O Instituto Federal de Goiás acatou as orientações e adotou como valor referência para pagamento de honorários de palestrantes/professores contratados para os eventos institucionais os valores regulamentados pela Casa Civil, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação, conforme Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007 e Portaria MEC nº 1.084/2008.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.15	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
Recomendamos ao IFG utilizar a modalidade pregão na forma eletrônica, salvo se houver comprovada e justificada inviabilidade, motivando expressamente a opção pelo pregão presencial, e abster-se de incluir nas planilhas de formação de preços despesas em duplicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Capacitar os servidores envolvidos com aquisições e contratos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Estão sendo implementadas ações que visam à capacitação dos servidores de todos os Campi em aquisições e contratos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.16	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
Recomendamos ao IFG que cumpra na análise e julgamento das propostas licitatórias as exigências do edital ou abstenha-se de incluir exigências desnecessárias, de modo a não restringir a participação no certame.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Orientar a todos os responsáveis por procedimentos licitatórios que não incorram na falha apontada pela Equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os responsáveis foram orientados para não deixarem de cumprir as exigências editalícias ou, se desnecessárias, que não sejam incluídas no processo.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.17	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001 e 002:			
Recomendamos ao IFG que se abstenha de prever despesas excessivas de alimentação nos eventos realizados pelo Instituto, tais como de jantares e almoços, restringindo-se àquelas estritamente necessárias ao desenvolvimento institucional.			
Recomendamos, ainda, evitar o pagamento de eventos em desacordo com a finalidade dos serviços previstos no Pregão (licitação) e detalhar nas planilhas de formação de preços os serviços a serem realizados com todos os custos unitários, abstendo-se de prever despesas em duplicidade			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Orientar os gestores e setores requisitantes que atentem para a recomendação da Equipe da CGU e aprimorar a sistematização e formalização dos processos para que não paire dúvidas sobre a finalidade dos serviços a serem contratados e seus respectivos custos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Todos os gestores foram orientados, conjuntamente com os setores requisitantes, para que analisem criteriosamente, antes de encaminharem as demandas à Administração. Tem sido ampliado o quadro de pessoal e os servidores mais experientes tem capacitado os novos servidores, auxiliando no desenvolvimento institucional			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			



Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.6.18	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
<p>Recomendamos ao IFG evitar o uso de cláusulas, condições e critérios que, de alguma forma, possam restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório, em atendimento ao previsto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93; e observar os critérios de desclassificação das empresas licitantes fixados no edital, informando nos futuros processos de pregão os motivos da desclassificação de acordo com as disposições do certame, que devem estar definidas, no instrumento convocatório, de forma clara e objetiva, a fim de permitir que seja selecionada a melhor proposta para a administração.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Orientar a todos os setores requisitantes e responsáveis por procedimentos licitatórios que não incorram nas falhas apontadas pela Equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Complementação da formação dos pregoeiros através de capacitação na área para melhor execução do trabalho rotineiro.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.7.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001 e 002:			
<p>Recomendamos ao IFG que, quando da análise das propostas de preços apresentadas nas licitações confira se o valor da mão-de-obra é condizente com o salário das categorias constantes dos Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, estabelecendo em seus editais que as planilhas de custos e formação de preços discriminem o valor atualizado dos salários das categorias envolvidas na terceirização.</p> <p>Recomendamos ainda, ao IFG, uniformizar os procedimentos de conferência e autorização adotados nas repactuações dos contratos firmados para serviços terceirizados semelhantes.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
Orientar aos fiscais responsáveis pelos contratos de locação de mão-de-obra para que na formalização dos processos de licitação ou repactuações contratuais atentem para a legislação vigente			
Síntese dos resultados obtidos			
Os referidos processos, que divergiam em procedimentos adotados, foram encaminhados ao Reitor que por sua vez encaminhou a Procuradora-Chefe para análise e orientações à Administração. A mesma solicitou as devidas adequações, conforme legislação vigente, e os fiscais dos contratos foram orientados e estão providenciando os encaminhamentos necessários à padronização dos procedimentos e, conseqüente, negociação com a empresa contratada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			
Recomendações do OCI			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.7.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
Recomendamos ao IFG autorizar as repactuações contratuais após segura verificação por parte dos setores competentes e fiscais dos contratos, das planilhas de custos e formação de preços que expressem a real composição analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, conforme estabelece a IN/SLTI nº 02/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
O fiscal do contrato far-se-á a análise técnica e criteriosa das planilhas de custos e formações de preços. Constatadas as irregularidades realizará nova licitação caso o Campus Goiânia não obtenha êxito na negociação para garantir a padronização dos procedimentos e o atendimento da legislação vigente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Após análise e conferência das planilhas de composição de custos, foi encaminhado o Ofício nº 396/DIRETORIA GERAL/CAMPUS GOIÂNIA a empresa contratada solicitando a devolução dos valores pagos a maior pelo IFG no período. A mesma está analisando a documentação encaminhada e ainda não se manifestou. Os resultados serão avaliados no primeiro trimestre de 2011, tendo em vista o prazo para atendimento até dezembro de 2010.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.2.7.10	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
Recomendamos ao IFG autorizar as repactuações contratuais após segura verificação por parte dos setores competentes e fiscais de contrato das planilhas de custos e formação de preços que expressem a real composição analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, conforme estabelece a IN/SLTI nº 02/2008. E, somente prorrogar os contratos para serviços contínuos diante de comprovadas condições e preços mais vantajosas para a administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Administração			105181
Síntese da providência adotada:			
O fiscal do contrato que fará análise técnica e criteriosa das planilhas de custos e formações de preços. Constatadas as irregularidades que o mesmo oficie a empresa e realize negociação para sanar a falha apontada. Realizar nova licitação caso o Campus Jataí não obtenha êxito na negociação			
Síntese dos resultados obtidos			
O Campus Jataí encaminhou à empresa contratada ofício informando o valor a ser ressarcido, o qual a empresa reconheceu a dívida através de documento enviado em dezembro, prazo este de encerramento do contrato, e já existe um novo processo licitatório em andamento. Os resultados serão avaliados no primeiro trimestre de 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.3.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 001:			
Recomendamos ao IFG o que segue:			
c) Abster-se do pagamento de bolsas estudiantis a alunos que devam estar recebendo por estágio.			
d) Abster-se do pagamento de bolsa estudantil a servidores do Instituto em ação orçamentária destinada a beneficiar os alunos do Instituto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Extensão			105179
Síntese da providência adotada:			
-Elaborar regulamento para a concessão de bolsas de estudos e monitorias pelo IFG;			
-Informamos que a recomendação apresentada pela Equipe de Auditoria estará contemplada no regulamento para a concessão de bolsas;			
-O aproveitamento de experiências profissionais com o estágio que é previsto no Regulamento de Estágio do IFG, desde que tais atividades estejam relacionadas com as áreas profissionais dos respectivos cursos;			
-Orientar as Equipes de Contabilidade para que não efetuem pagamentos que contrariam a legislação vigente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os resultados a serem obtidos são relacionados ao correto atendimento da legislação vigente e elaboração de documento que regulamenta as concessões de bolsas no IFG.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acompanhamento da Gestão Nº 253340	3.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação: 001			
Recomendamos à Auditoria Interna do IFG adicionar ao PAINT/2011:			
1) a especificação da quantidade de homens-hora de auditores a serem alocados em cada ação da auditoria, conforme prevê o inciso VIII, §1º do art. 2º da IN/SFC Nº01/2007; e			
2) o detalhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria interna do exercício 2010 e as diligências pendentes de atendimento, que foram considerados na elaboração do PAINT 2011, conforme dispõe o art. 2º da IN/CGU nº 07/2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			105183
Síntese da providência adotada:			
Acatamos as recomendações da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Adicionado os itens ao PAINT/2011 conforme recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

## 10.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro 10.3 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	AUDITORIA DE GESTÃO Nº 244007	2.3.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos ao IFG o que segue:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Regularizar no âmbito do IFG a concessão de bolsas de estudos e monitoria;</li> <li>b) Abster-se de conceder bolsa para alunos atuarem em atividades administrativas da Entidade, com o fim de suprir a necessidade de mão-de-obra.</li> </ul>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Extensão			105179
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A elaboração do regulamento já iniciou com a solicitação de sugestões às coordenações de Assistência ao Estudante dos diversos campi do IFG, que será seguida de reunião para a montagem de proposta. Posteriormente, a proposta será apresentada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, antes da submissão ao Conselho Superior para a aprovação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			



Foto 8 – Fachada do Campus Uruaçu.



## CAPÍTULO 11. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ

(Parte C, Item 7, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010)

Os conteúdos específicos a serem contemplados neste capítulo referem-se à Decisão TCU Nº 408/2002 – Plenário e modificações posteriores que determina as Instituições Federais de Ensino Superior que apresentem indicadores que demonstrem conformidade e desempenho da Instituição no exercício. Além disso, existe do Tribunal de Contas da União o Acórdão 2.267/2005 – Plenário, aprovado em 16/12/2005 e publicado no D.O.U. em 03/01/2006 que trata das determinações e orientações à SETEC/MEC para o cálculo dos indicadores das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Diante disso, apresenta-se a seguir os indicadores da área orçamentária e financeira e da área acadêmica do Instituto Federal de Goiás, conforme os documentos mencionados.

### 11.1. INDICADORES DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Pró-reitoria de Administração, por suas atribuições de planejamento, orientação e controle da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Instituição, apresenta neste capítulo os indicadores relacionados à aplicação desses recursos, que se constituem em mecanismos mensuráveis de avaliação da gestão e desempenho institucional, calculados/medidos pela Pró-reitora de Administração, através da Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária e da Diretoria de Contabilidade e Execução Financeira do IFG.

#### 11.1.1. Indicador 01 – *Gastos correntes por aluno/ano*

Quadro 11.1 – Especificação do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.

Descrição	Quantificar os gastos por aluno/ano em relação aos gastos correntes da Instituição
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Gastos correntes = consideram-se todos os gastos, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Gastos correntes por aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Número de matrículas}}$

Tabela 11.1 – Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.

Exercício	Total de gastos (R\$)	Número de Matrículas	Indicador (R\$)
2006	35.761.388,74	10.034	3.564,02
2007	43.416.569,02	8.989	4.829,97
2008	50.414.946,03	9.761	5.164,94
2009	66.156.808,17	10.085	6.559,92
2010	86.679.828,84	13.285	6.524,64

## Análise Crítica

Neste indicador, foi utilizado o valor absoluto para o número de matrículas para se adequar à norma e para o total de gastos correntes incluíram-se os créditos por movimentação interna e externa. Outra informação relevante no cálculo deste indicador é que do total dos gastos correntes foram excluídos os investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

O que se pode observar na série histórica apresentada é que, à medida que o número de matrículas amplia aumentaram os gastos correntes por aluno/ano até 2009. Em 2010 esse valor sofreu um sensível decréscimo, conforme pode ser observado no gráfico a seguir. Portanto, o Instituto Federal de Goiás tem se comprometido em otimizar os recursos públicos da Instituição, sendo os mesmos aplicados dentro de padrões de austeridade e zelo com o erário público.

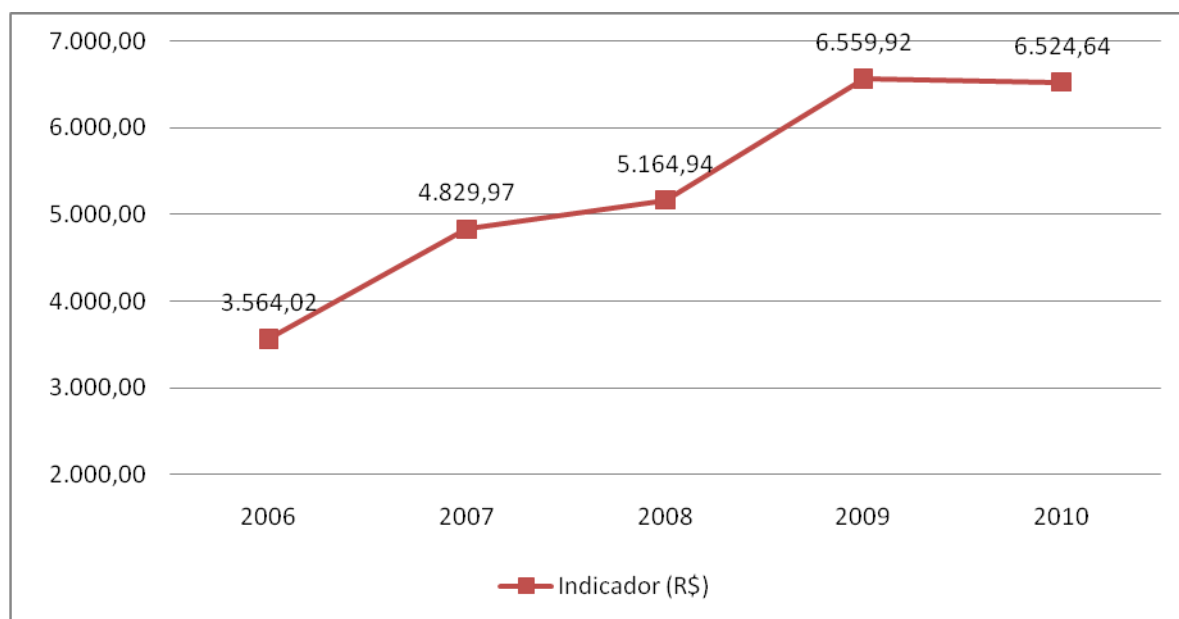


Gráfico 11.1 – Evolução do Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano.

Outro destaque a ser feito refere-se ao desembolso por aluno/ano que se dividido por doze (12) meses representa aproximadamente R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) de gasto com o aluno/mês. Assim, a Instituição pode assegurar que tem cumprido seu papel com um pequeno desembolso de recursos por aluno/ano.

Tudo isso se deve, principalmente as medidas implementadas para o atingimento do sucesso neste indicador que se caracterizam pelo esforço e a eficiência da Administração da Instituição em aumentar o número de alunos matriculados otimizando os recursos dispendidos; a melhoria da fiscalização dos contratos firmados; a melhor formalização dos processos de aquisição; à implantação de aquisições conjuntas/compartilhadas entre os campi, Reitoria e o Ministério da Educação; e a melhor divulgação dos serviços oferecidos pela Instituição.

Enfim, o IFG demonstrou, através de diversas ações, que a Instituição possui condições suficientes para ofertar à sociedade uma educação pública, gratuita e de qualidade dentro dos recursos que hoje são aportados pelo Ministério da Educação.

### 11.1.2. Indicador 02 – Gastos com pessoal

Quadro 11.2 – Especificação do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.

Descrição	Quantificar os gastos com pessoal em relação aos gastos totais
-----------	--



Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Tabela 11.2 – Indicador 02 - Percentual de gastos com pessoal.

Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com pessoal (%)
2006	42.450.838,20	51.522.221,19	82,39
2007	43.494.502,49	63.916.785,83	68,05
2008	52.440.295,83	88.064.876,21	59,55
2009	70.617.974,18	100.366.840,27	70,36
2010	86.594.367,21	132.452.414,27	65,38

### Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o nível de gastos com a folha de pessoal. Em 2006, devido ao reajuste salarial dos servidores públicos federais e ao acréscimo no pagamento de despesas de exercícios anteriores, ocorreu uma alteração no índice. Em 2007, o que influenciou no resultado do indicador foram às nomeações dos novos servidores, através de concurso público, para o novo Campus do IFG na cidade de Inhumas. Em 2008, 2009, o que influenciou no resultado do indicador foi às nomeações dos novos servidores através de concurso público para os novos Campi do IFG nas cidades de Itumbiara e Uruaçu e a recomposição do quadro dos Campi em funcionamento. Em 2010 da mesma forma foram nomeados novos servidores para compor o quadro dos novos campi nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia, além da atualização do quadro dos servidores dos campi em funcionamento.

A nomeação de novos servidores, ajustes salariais e aumento nos gastos totais influenciaram diretamente no resultado do indicador. Desta maneira, houve um pequeno decréscimo do mesmo em relação ao exercício de 2009, porém manteve-se na média dos anos anteriores, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

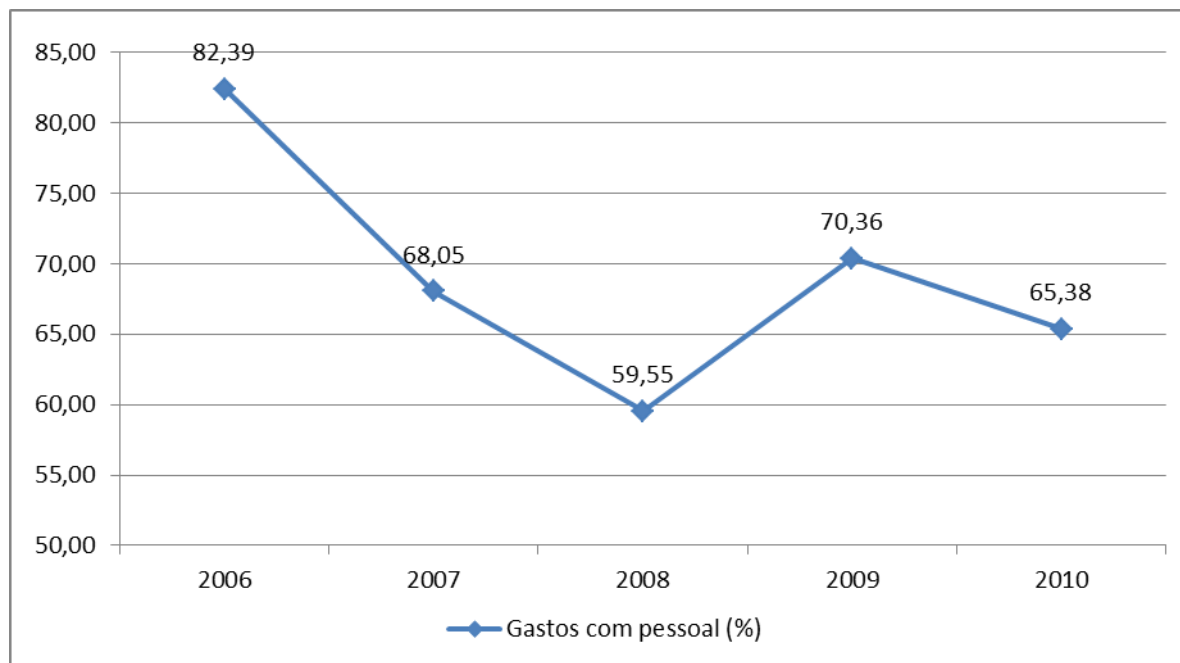


Gráfico 11.2 – Evolução do Indicador 02 – Percentual de gastos com pessoal.

Todavia, a Instituição entende como salutar esse percentual de gastos com pessoal, cujos valores monetários cresceram à medida que cresceram os gastos correntes, ou seja, o volume de gastos com pessoal aumentou para suportar o acréscimo das demandas apresentadas com a expansão do IFG.

Enfim, com a política de ampliação do número de matrículas e de oferta de serviços à comunidade, os gastos com pessoal necessitam ser ampliados, seja para contratação de novos profissionais, ou seja, para reposição da defasagem salarial do conjunto de servidores. Cumpre ressaltar, que existe um esforço institucional com relação à necessidade de contratação de mais docentes e servidores técnico-administrativos para melhor servir a comunidade.

### 11.1.3. Indicador 03 – Percentual de Gastos com Outros Custeios

Quadro 11.3 – Especificação do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com outros custeios em relação aos gastos totais
Tipo de Indicador	De efetividade
Definições:	<i>Gastos com outros custeios</i> = (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) <i>Gastos totais</i> = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Percentual de gastos com outros custeios} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Tabela 11.3 – Indicador 03 - Percentual de gastos com outros custeios.

Exercício	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com outros custeios (%)
2006	4.235.140,38	51.522.221,19	8,22
2007	10.743.607,27	63.916.785,83	16,81
2008	10.361.979,40	88.064.876,21	11,77

2009	10.628.365,13	100.366.840,27	10,59
2010	13.231.311,21	132.452.414,27	9,99

### Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o nível de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Na série histórica apresentada observa-se que em 2010 o percentual do indicador manteve-se na média equiparando-se, principalmente, aos exercícios de 2008 e 2009, conforme se observa no gráfico a seguir.

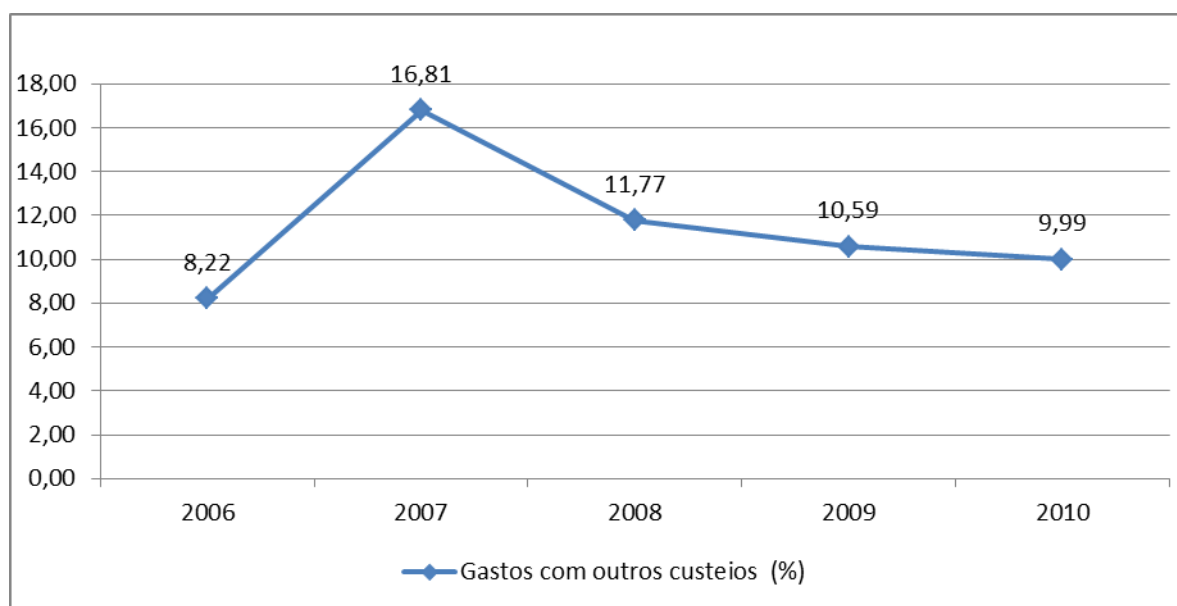


Gráfico 11.3 – Evolução do Indicador 03 – Percentual de gastos com outros custeios.

Os Gastos com outros custeios referem-se, principalmente, a manutenção da Instituição através da Ação Funcionamento da Educação Profissional. A maior parte deste recurso é gasto com as contratações e aquisições para a manutenção dos campi do IFG.

Outro ponto importante a ser mencionado na análise deste indicador refere-se à média histórica. Apesar do crescimento da Instituição, da maior abrangência e, conseqüentemente, demandas da sociedade a serem atendidas no estado de Goiás e o maior número de servidores e infraestrutura física com os novos campi do IFG, o exercício de 2010 manteve a média dos últimos dois anos com este tipo de gasto. O que retrata um trabalho contínuo e rotineiro da Administração em gerir os recursos públicos com zelo e austeridade.

#### 11.1.4. Indicador 04 – Gastos com os Recursos Diretamente Arrecadados

Quadro 11.4 – Especificação do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com recursos de outras fontes em relação aos gastos totais com recursos do Tesouro Nacional
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de outras fontes e os gastos com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos utilizados no cálculo deste indicador referem-se ao recolhimento de taxas e outros através da arrecadação da receita própria
Fórmula de Cálculo e	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: <i>Percentual de gastos com outras fontes =</i>

Método de aferição	$\frac{\text{Total de Gastos com Outras Fontes} \times 100}{\text{Gastos Totais com recursos do Tesouro Nacional}}$
--------------------	---

Tabela 11.4 – Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

Exercício	Total de gastos com recursos de outras fontes (R\$)	Total de gastos com recursos do tesouro (R\$)	Gastos com outras fontes (%)
2006	338.268,87	51.183.952,32	0,66
2007	482.512,22	63.434.273,61	0,76
2008	372.911,00	87.691.965,21	0,43
2009	496.551,09	99.870.289,18	0,50
2010	683.195,43	131.769.218,84	0,52

### Análise Crítica

Os gastos com os recursos diretamente arrecadados no IFG demonstram qual o percentual de arrecadação de receita própria na Instituição. Tal esforço e obrigatoriedade de arrecadação são revertidos para cobrir despesas com indenizações, gratificações e restituições aos servidores, realização dos processos seletivos, pagamento das obrigações tributárias e manutenção da Instituição.

Outro destaque a ser feito sobre este indicador faz referência à manifestação de uma maior procura pelos serviços ofertados na Instituição demonstrada na realização dos processos seletivos do IFG, nas taxas arrecadadas com a realização de concursos públicos e outras taxas obrigatórias. Tudo isso, deve-se, principalmente, pelo esforço da Administração em melhor divulgar a Instituição, suas potencialidades, resultados dos seus projetos e benefícios à sociedade.

No gráfico a seguir, pode ser visualizada a evolução desta relação de arrecadação e os gastos com os recursos do Tesouro Nacional nos últimos cinco anos.

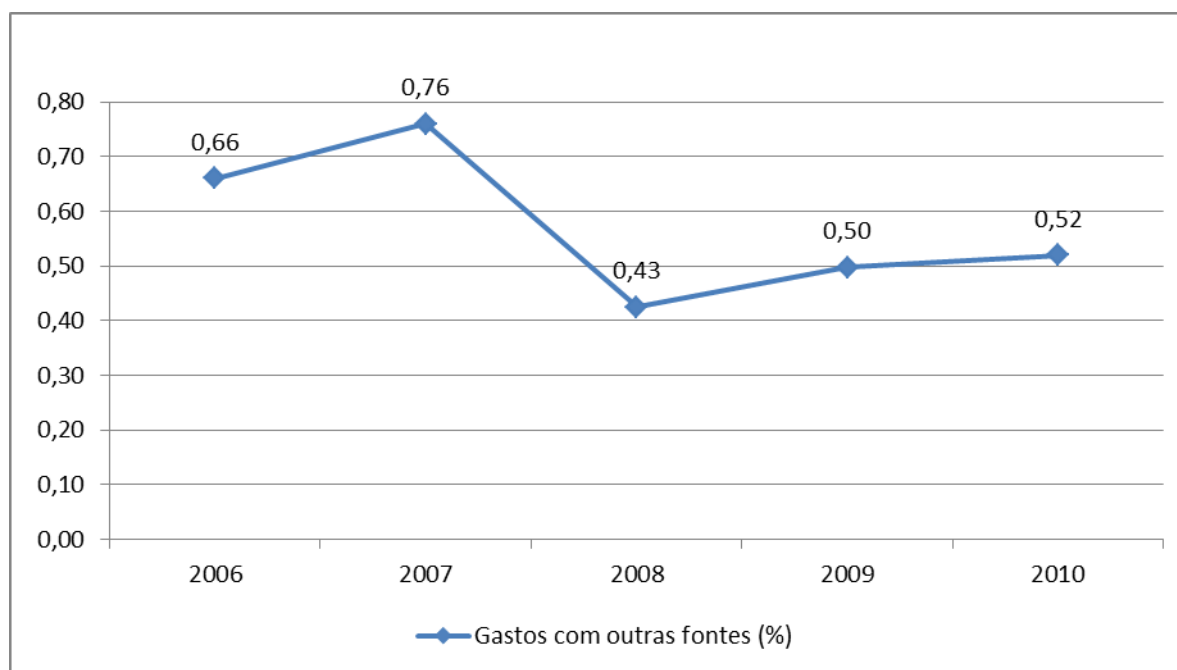


Gráfico 11.4 – Evolução do Indicador 04 – Gastos com os recursos diretamente arrecadados.

### 11.1.5. Indicador 05 – Gastos com Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 11.5 – Especificação do Indicador 05 – Gastos com créditos recebidos por movimentação.

Descrição	Quantificar o percentual gasto com recursos de convênio (créditos recebidos por movimentação interna ou externa) em relação aos gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.
Tipo de indicador	De eficácia
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de créditos recebidos por movimentação e os gastos de todas as fontes e grupos de despesas.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes = $\frac{\text{Total de Gastos com Créditos recebidos por Movimentação} \times 100}{\text{Gastos Totais de todas as Fontes e todos os Grupos de Despesas}}$

Tabela 11.5 – Indicador 05 – Gastos com créditos recebidos por movimentação.

Exercício	Total de gastos com Créditos por Movimentação (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Créditos recebidos por Movimentação (%)
2006	806.015,45	51.522.221,19	1,56
2007	11.784.266,04	63.916.785,83	18,44
2008	24.735.278,48	88.064.876,21	28,09
2009	14.310.638,95	100.366.840,27	14,26
2010	10.188.935,25	132.452.414,27	7,69

#### Análise Crítica

Nos últimos quatro (4) anos, o acréscimo no indicador em Crédito recebido por movimentação, conforme está demonstrado na tabela anterior e que pode ser visualizado no gráfico a seguir, deveu-se, principalmente, ao investimento do Governo na Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Para o exercício em análise, foi disponibilizado recursos para a continuidade da implantação do Campus Inhumas; investimentos na infraestrutura do Campus Goiânia; para dar continuidade a construção da nova sede do Campus Jataí; recursos para a segunda etapa da construção dos Campi Itumbiara e Uruaçu; para a primeira etapa da construção de mais 03 (três) Campi do IFG nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia.

Foram disponibilizados também recursos para aquisição de equipamentos e material permanente para os Campi citados. Enfim, o resultado obtido foi muito satisfatório, pois representa à modernização e implantação de novos laboratórios acadêmicos, a adequação dos espaços e a modernização da área administrativa.

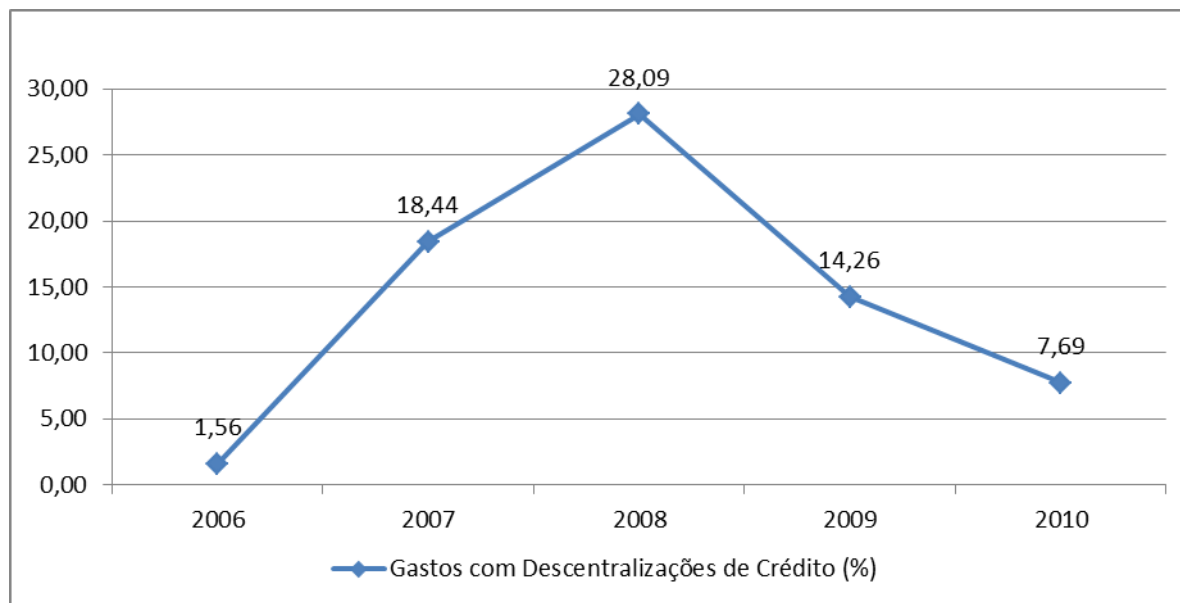


Gráfico 11.5 – Evolução do Indicador 05 – Gastos com créditos recebidos por movimentação.

Todavia, em 2010, como já havia sido definido em 2009, o Órgão Central adotou nova política para descentralização de crédito, o que acabou impactando este indicador. Não foi descentralizado o valor global das obras licitadas em 2010, considerou para a continuidade das mesmas o orçamento alocado na LOA e, caso o mesmo não fosse suficiente, seria descentralizado o restante à medida que a obra fosse sendo executada. Acredita-se ser importante para a Secretaria acompanhar e controlar a execução das obras, porém gerou uma relação de instabilidade e incertezas com a empresa contratada.

Apesar disso, faz-se importante reconhecer a sensibilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC nos últimos anos com o IFG, cumprindo honrosamente os compromissos assumidos com a Educação Profissional e Tecnológica no estado de Goiás.

#### 11.1.6. Indicador 06 – Gastos com Investimentos

Quadro 11.6 – Especificação do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.

Descrição	Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.
Tipo de indicador	De eficiência
Definições	Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais) = $\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$



Tabela 11.6 – Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Investimentos (%)
2006	3.319.701,87	51.522.221,19	6,44
2007	8.322.188,14	63.916.785,83	13,02
2008	23.775.539,77	88.064.876,21	27,00
2009	17.371.178,54	100.366.840,27	17,31
2010	26.749.613,01	132.452.414,27	20,20

### Análise Crítica

Para análise deste indicador fez-se uma tabela, que esta anexa a este documento, onde se apresenta o total de investimentos em 2008, 2009 e 2010 no IFG e seus Campi, incluindo os recursos da LOA e dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Além disso, separam-se por Campus os recursos que foram destinados às obras civis e instalações, à aquisição de equipamentos e mobiliários e as aquisições de acervo bibliográfico, que desde o exercício anterior foi alterada sua natureza para despesa de capital. E, por fim, na última coluna apresentam-se os percentuais de execução possibilitando visualizar que os mesmos, tanto em obras civis e instalações (57,99%, 44,11% e 70,76%) quanto em equipamentos e material permanente (42,01% e 55,89 e 27,65%) demonstram a ampliação e melhoria da infraestrutura física acompanhada da modernização dos equipamentos e materiais permanentes.

Observando apenas o exercício de 2010 percebe-se uma nítida alteração deste indicador quanto aos investimentos em obras civis (70,76%). Tudo isso se deve, principalmente, a necessidade de concluir as obras que estão em andamento e a continuidade da Expansão da Educação Profissional e Tecnológica em nosso estado. É importante ressaltar ainda que no cálculo dos percentuais por Campus, foram excluídos os investimentos feitos no Campus Plano Piloto do Instituto Federal de Brasília.

No gráfico a seguir percebe-se claramente a política adotada pelo Governo Federal através da disposição do Ministério da Educação/SETEC em atender as reivindicações do IFG, conforme citado anteriormente. Esta política vem de encontro com os objetivos e metas estabelecidos pela Instituição, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica no estado de Goiás, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

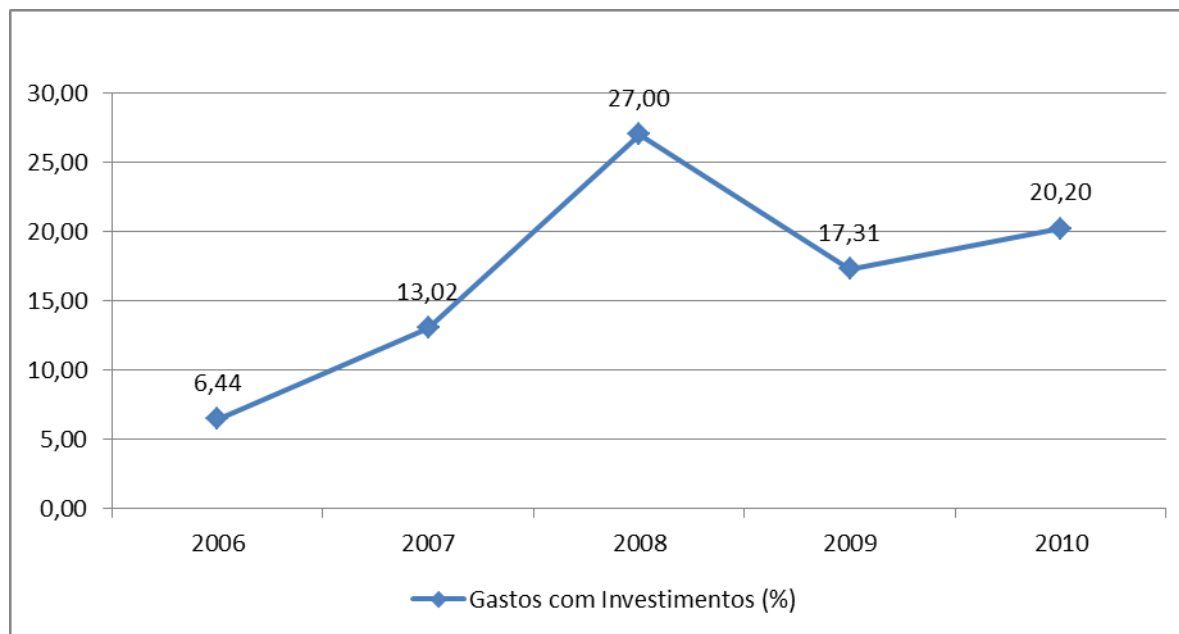


Gráfico 11.6 – Evolução do Indicador 06 – Gastos com investimentos/gastos totais.

Porém, em 2009 e 2010, conforme citamos no indicador anterior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica adotou outra política para descentralização de crédito, o que acabou impactando este indicador também. A mesma não descentralizou o valor global das obras licitadas em 2010, considerou para a continuidade destas o orçamento alocado na LOA e, caso o mesmo não fosse suficiente, descentralizaria o restante à medida que a obra fosse sendo executada. Acredita-se que é importante para a Secretaria acompanhar e controlar a execução das obras, porém gerou uma relação de instabilidade e incertezas com as empresas contratadas.

Apesar disso, faz-se importante reconhecer a sensibilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC nos últimos anos com o IFG, cumprindo honrosamente os compromissos assumidos com a Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás.

Além disso, a política adotada pela Instituição de minimizar e otimizar os recursos destinados à manutenção para possibilitar maiores investimentos, seja pelas aquisições compartilhadas, pelo investimento em tecnologia, pela melhoria das condições de trabalho ou pela melhoria da infraestrutura física, têm contribuído de forma significativa para a eficiência da Instituição e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

Porém, reconhece-se que os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados, principalmente, em Instituições Educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho. Diante disso, a Reitoria do IFG tem se empenhado na busca por recursos extra-orçamentários, o que pode ser comprovado através do montante disponibilizado através dos créditos recebidos por movimentação interna e externa nos últimos anos.

Além do cálculo do Indicador 06, calcularam-se também os investimentos em relação aos gastos com outras despesas correntes, isto é, gastos com outros custeios da Instituição.

Observando os gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios na tabela e no gráfico a seguir, percebe-se que, nos três (3) últimos anos apresentaram acréscimos visíveis. Tudo isso espelha as políticas específicas do Governo Federal e da Instituição para a educação profissional e tecnológica. Lembrando que, a sensível queda no indicador em 2009 e 2010 já foi devidamente esclarecida na apresentação dos indicadores anteriores.

Tabela 11.7 – Gastos com investimentos/gastos com outros custeios.

Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Total de gastos com outros custeios (R\$)	Gastos com Investimentos / OCC (%)
2006	3.319.701,87	4.235.140,38	78,38
2007	8.322.188,14	10.743.607,27	77,46
2008	23.775.539,77	10.361.979,40	229,45
2009	17.371.178,54	10.628.365,13	163,44
2010	26.749.613,01	13.231.311,21	202,17

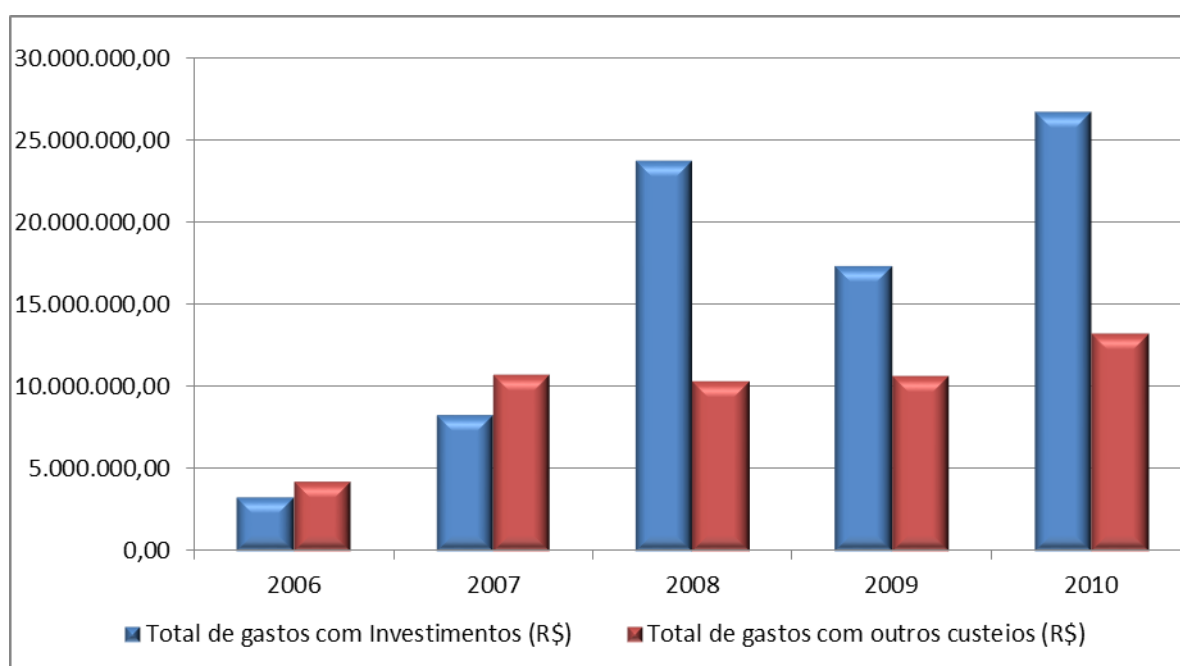


Gráfico 11.7. – Gastos com investimentos em relação aos gastos com outros custeios.

Concluindo, no PPA 2008-2011 “*Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade*” o Governo Federal através do Ministério da Educação estabeleceu metas e prioridades para a educação incluindo especificamente a educação profissional e tecnológica com a transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva de que estes incrementarão a acolhida e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.

Essa transformação tem possibilitado à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do Estado onde está inserida. Isto posto, deve-se continuar disponibilizando recursos para investimentos em todas as áreas de atuação das instituições ou o plano ficará totalmente comprometido, pois a Instituição não conseguirá atender as demandas existentes e às vezes reprimidas e as que possam surgir num novo cenário.

## 11.2. INDICADORES DA GESTÃO ACADÊMICA

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos pela Pró-reitoria de Ensino, através da Diretoria de Administração Acadêmica e Coordenação de Pesquisa Institucional segundo a legislação vigente. Diante disso, passa-se a apresentar os indicadores a partir de 2006 e suas respectivas análises. Quanto aos dados que subsidiaram os cálculos, encontram-se anexos a este documento. Para facilitar o entendimento dos indicadores apresentados no documento é importante destacar:

- No exercício de 2006 foi considerado apenas o primeiro semestre devido ao atraso do período letivo em consequência da greve dos servidores públicos federais;
- No ano de 2010 o número de vagas apresentou um aumento significativo devido à expansão da rede com a inauguração de mais três (3) novos campi.

### 11.2.1. Indicador 07 – Relação candidato por vaga

Quadro 11.7 – Especificação do Indicador 07 – Relação candidato por vaga.

Utilidade	Identificar a relação candidato/vaga.
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos. Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Este indicador é obtido utilizando-se a seguinte expressão $\text{relação candidato / vaga} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas ofertadas}}$

Tabela 11.8 – Indicador 07 – Relação candidato por vaga.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
Anápolis	2010	961	330	2,91
Formosa	2010	1.572	240	6,55
Goiânia	2006	5.840	1.620	3,60
	2007	7.408	1.330	5,57
	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
Itumbiara	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
Jataí	2006	1.120	652	1,72
	2007	1.140	481	2,37
	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
	2010	2.253	363	6,21
Luziânia	2010	1.024	288	3,56
Uruaçu	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
CONSOLIDADO	2006	6.960	2.272	3,06
	2007	9.584	2.051	4,67
	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68

### Análise Crítica

O indicador Relação candidato - IRC por vaga para o IFG, conforme apresentado na tabela anterior foi de 8,68. Pode-se observar que, o IRC é um índice que se apresenta crescente a cada ano e, em 2010 pode possivelmente ser justificado pela expansão do IFG, pelo percentual das vagas destinadas ao SiSU - que muito contribuiu no aumento do número de candidatos interessados nos cursos superiores do Instituto (vide anexo 1) e pela consolidação/divulgação do IFG junto à comunidade.

Em 2010, através desse indicador, é possível destacar algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, conforme anexo, tais como os Cursos Técnicos na Modalidade Subsequente do turno noturno como o curso de Eletrotécnica em Goiânia com 9,17 em 2010/1 e 8,73 em 2010/2 e, também, o curso de Edificações em Anápolis com 8,53 em 2010/2. Os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do turno matutino que se destacaram foram Informática para a Internet (16,9), Edificações (13,5) e Controle ambiental (13,2), todos do campus de Goiânia. Os Cursos Superiores em Tecnologia de Redes de Comunicação (38,1), Química Agroindustrial (26,9) e Engenharia de Controle e automação (25,1) tiveram uma grande procura e um dos fatores principais foi a participação do IFG no Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Vale ressaltar que, o curso de Redes participou com 10 vagas em 2010/1 e teve 1.377 candidatos inscritos.

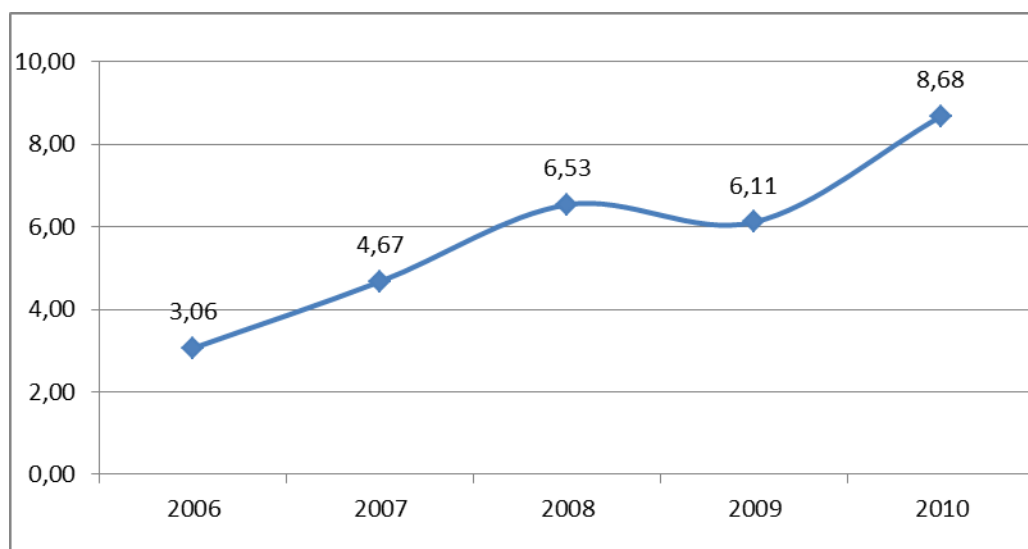


Gráfico 11.8 – Evolução da concorrência.

### 11.2.2. Indicador 08 – Relação de ingressos por aluno

Quadro 11.8 – Especificação do Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.

Descrição	Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos em } 2007}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$

Tabela 11.9 – Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Ingressos (*)	Matrículas (**)	Indicador
Anápolis	2010	321	516	62,21
Formosa	2010	266	439	60,59
Goiânia	2006	1.780	8.512	20,91
	2007	1.515	6.718	22,55
	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,70
	2010	1.507	7.441	20,25
Inhumas	2007	240	405	59,26
	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,90
	2010	260	1.248	20,83
Itumbiara	2008	91	91	100,00
	2009	243	550	44,18
	2010	183	616	29,71
Jataí	2006	652	1.522	42,84
	2007	481	1.866	25,78
	2008	374	1.699	22,01
	2009	441	1.463	30,14
	2010	367	1.740	21,09
Luziânia	2010	328	528	62,12
Uruaçu	2008	84	84	100,00
	2009	240	547	43,88
	2010	239	757	31,57
CONSOLIDADO	2006	2.432	10.034	24,24



Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Ingressos (*)	Matrículas (**)	Indicador
	2007	2.236	8.989	24,87
	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.471	13.285	26,13

**LEGENDA:**

(\*) A quantidade de ingressantes é a soma das entradas em cada um dos dois semestres.

(\*\*) A quantidade de matrículas é a soma de 2010/1, 2010/2 dos cursos semestrais e as matrículas de 2010/1 dos cursos anuais. Isto significa que as matrículas de 2010/1, dos cursos anuais, se repetem em 2010/2.

### Análise Crítica

Através desse indicador é possível analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Este indicador pode ser observado por dois fatores: a evasão, o que desdobra em um número que pode até ultrapassar os 100% e a retenção, apresentando indicadores de valores baixos. Estes números deverão ser avaliados tendo como um indicador base ideal de ~67%. Em 2010, a relação de ingressos por aluno no IFG foi de 26,13%, o que mostra uma estabilização do indicador com relação ao ano anterior, apresentando uma situação de retenção no IFG, embora mascarado pela situação de evasão. Esta constatação no indicador apresentado pode ser observada no número de turmas extras oferecidas durante os períodos letivos ou no tempo de integralização do curso pelo aluno. Medidas vêm sendo adotadas na Instituição, ainda que timidamente, a fim de reverter esta tendência mostrada no gráfico.

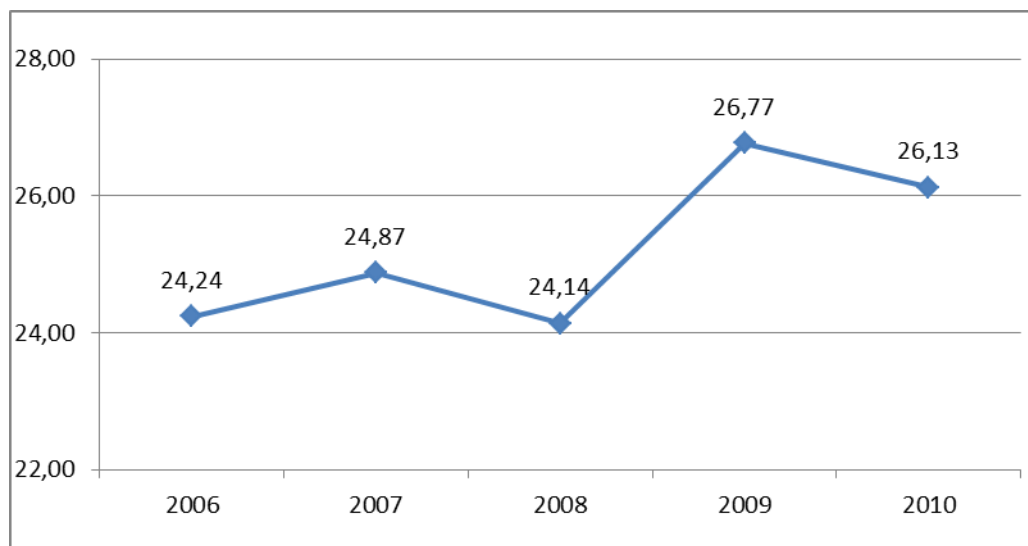


Gráfico 11.9 – Potencial de vagas ofertadas.

### 11.2.3. Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos

Quadro 11.9 – Especificação do Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.

Descrição	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica

Definições	Concluintes = O número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Relação = $\frac{\text{Número de concluintes (manhã, tarde, noite, integral, total)}}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$

Tabela 11.10 – Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2006	1.090	8.512	12,81
	2007	897	6.718	13,35
	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,50
	2010	520	7.441	6,99
Inhumas	2010	28	1.248	2,55
Itumbiara	2010	01	616	0,16
Jataí	2006	190	1.522	12,48
	2007	122	1.866	6,54
	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,20
	2010	48	1.740	2,76
Uruaçu	2010	01	757	0,13
CONSOLIDADO	2006	1.280	10.034	12,76
	2007	1.019	8.584	11,87
	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45
	2010	598	11.802	5,07

### Análise Crítica

Através desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. Em 2009, tivemos uma taxa na ordem de 8,45% que se comparada com os três anos anteriores teve um decréscimo sensível, conforme se observa no gráfico a seguir. A queda em 2010 se justifica devido ao aumento de matrículas que somam quase o dobro se quando comparado com 2009, ou seja, de 7.898 em 2009 para 11.802 em 2010.

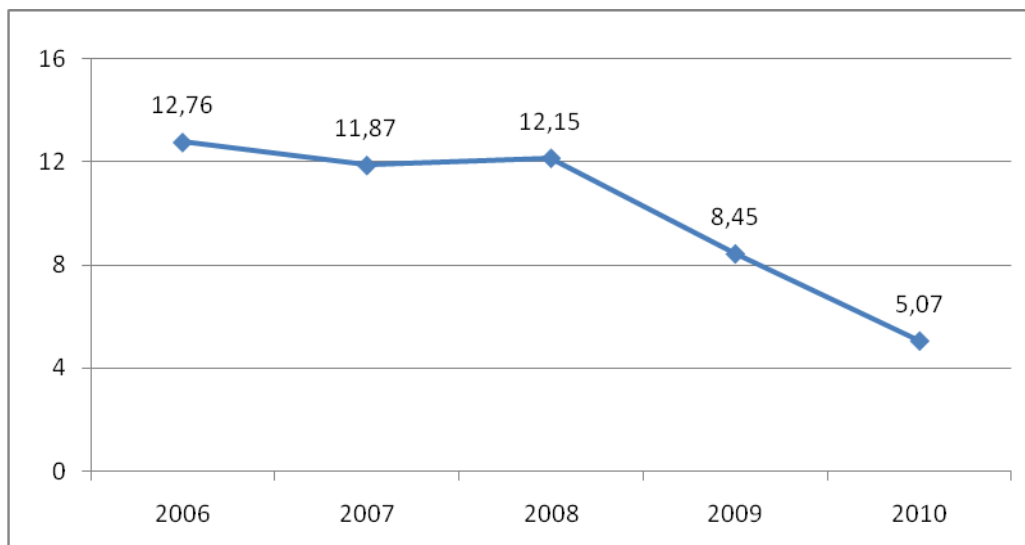


Gráfico 11.10 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/alunos.

Ademais, o IFG vem adotando uma série de ações como a concessão de bolsas de estudo e de iniciação científica, promoção de atividades extra-classe, melhoria dos laboratórios acadêmicos, atualização contínua do acervo bibliográfico etc, conforme relatado neste documento, para o fortalecimento das políticas de manutenção de seu corpo discente, principalmente, os alunos dos cursos noturnos, que exercem atividades profissionais durante o dia e estudam a noite.

É através dessas ações que se torna possível buscar a ampliação do número de concluintes, com o desafio de incentivar a permanência do aluno durante todo o curso, para que seu esforço e o da Instituição não venham a ser interrompidos e desperdiçados.

Além disso, a Instituição deve ter clareza que o seu trabalho junto ao aluno não se encerra após a conclusão do curso, devendo existir mecanismos para acompanhamento desses egressos e políticas de apoio para sua inserção no mundo do trabalho. Finalizando, ressalta-se, que muitas vezes, o ex-aluno pode vir a demandar serviços e tornar-se aluno novamente, através de cursos de qualificação e re-qualificação profissional, etc.

#### 11.2.4. Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica

Quadro 11.10 – Especificação do Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.

Descrição	Quantificar a eficiência das Instituições
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Concluintes = O número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{\sum \text{Número de concluintes}}{\sum \text{N}^\circ \text{ de ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$

Tabela 11.11 – Indicador 10 – Índice de eficiência acadêmica.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Concluintes	Ingressos em períodos equivalentes	Indicador

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Concluintes	Ingressos em períodos equivalentes	Indicador
Goiânia	2006	1.090	1.632	66,79
	2007	897	1.332	67,34
	2008	883	1.291	68,40
	2009	547	632	86,55
	2010	520	654	79,51
Inhumas	2010	28	80	35,00
Itumbiara	2010	01	76	1,32
Jataí	2006	190	572	33,22
	2007	122	385	31,69
	2008	195	393	49,62
	2009	120	154	77,92
	2010	48	79	60,76
Uruaçu	2010	01	32	3,13
CONSOLIDADO	2006	1.280	2.204	58,08
	2007	1.019	1.717	59,35
	2008	1.078	1.684	64,01
	2009	667	786	84,86
	2010	598	921	64,93

### Análise Crítica

Através deste indicador é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressos em períodos equivalentes. Porém ressalta-se, que o modelo IFG é diverso e complexo, e, possui cursos em diferentes níveis de ensino com carga horária / duração dos cursos também diferenciados, pois as políticas da educação têm sido alteradas em curto espaço de tempo. Portanto, a análise de eficiência na relação concluintes / ingressos em períodos equivalentes somente é possível, a partir do acompanhamento dos ingressos de determinado nível de curso até que esse aluno ingressante conclua o curso, considerando que a diferença entre ambos, seja o tempo previsto na modalidade para que o mesmo conclua o curso.

Em 2009, o número de concluintes representou 84,86% do número de ingressantes em períodos equivalentes na Instituição, resultado considerado razoavelmente satisfatório para o modelo de estabilidade que vinha sendo adotado nos últimos anos para o número de matrículas do CEFET-GO, conforme se observa no gráfico a seguir.

Em 2010, o indicador baixou para um valor de 64,93%, evidenciando que o aluno está tendo oportunidades de trabalho antes de concluir o curso ou dedicando um tempo extra a estágio ou TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) contribuindo para a diminuição do número de concluintes, ou também da evasão. Estas constatações são temas que deverão ser trabalhados na Instituição a fim de reverter esta tendência mostrada no gráfico.

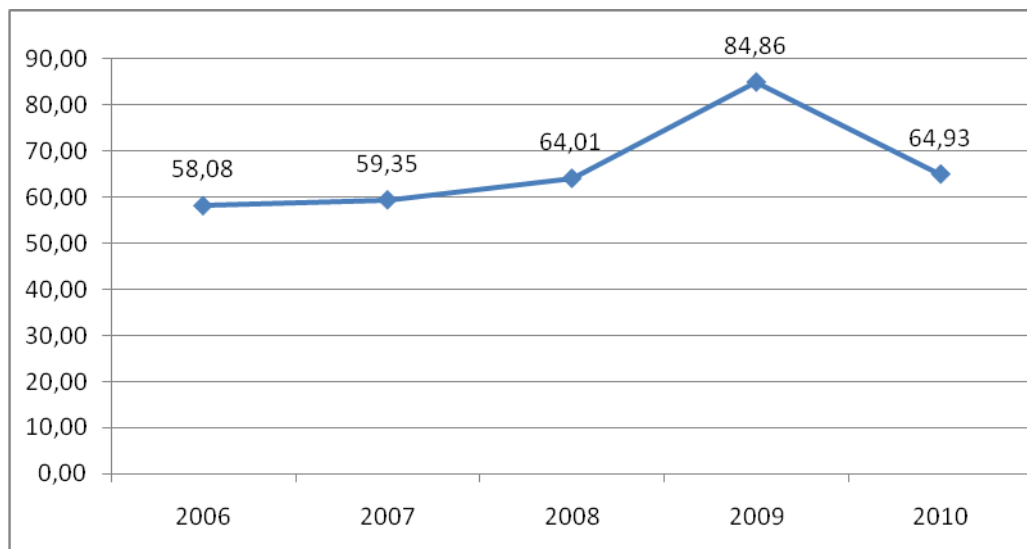


Gráfico 11.11 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente.

### 11.2.5. Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar

Quadro 11.11 – Especificação do Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.

Descrição	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Retenção escolar = O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Retenção Escolar refere-se à sub-divisão: reprovação e trancamento  Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{\text{Número de alunos retidos (reprovação + trancamento)}}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$

Tabela 11.12 – Indicador 11 – Índice de retenção do fluxo escolar.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Retenção	Matrículas	Indicador
Anápolis	2010	36	516	6,98
Formosa	2010	23	439	5,24
Goiânia	2006	946	8.512	11,11
	2007	645	6.718	9,60
	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
	2010	926	7.441	12,44
Inhumas	2007	91	405	22,47
	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
	2010	99	1.248	7,93
Itumbiara	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
	2010	168	616	27,27
Campus Jataí	2006	310	1.522	20,37
	2007	77	1.866	4,13

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Retenção	Matrículas	Indicador
	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34
	2010	234	1.740	13,45
Luziânia	2010	53	528	10,04
Uruaçu	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59
	2010	179	757	23,65
CONSOLIDADO	2006	1.256	10.034	12,52
	2007	813	8.989	9,04
	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	1.718	13.285	12,93

### Análise Crítica

A taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos), em 2010 foi de 12,93%, dentro de padrões aceitáveis. A Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: grupo de apoio psicopedagógico nos departamentos para interagirem com os alunos e estudarem alternativas para minimizar problemas extra-salas que atrapalham o rendimento escolar, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e assistência ao educando, etc.

No Gráfico a seguir pode-se visualizar que o indicador já mostra uma tendência de baixa com relação ao ano de 2009.

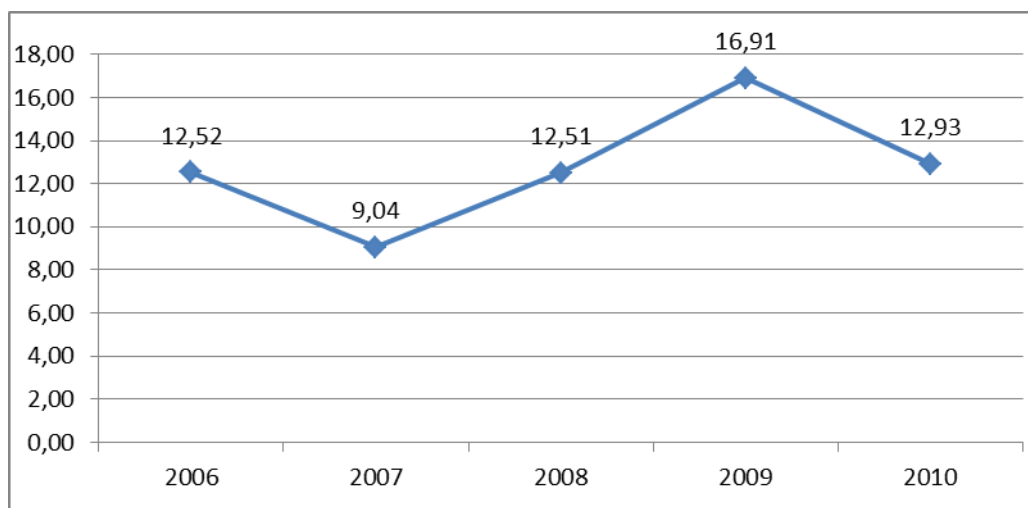


Gráfico 11.12 – Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.

#### 11.2.6. Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral

Quadro 11.12 – Especificação do Indicador 12 – Relação alunos por docentes em tempo integral.

Descrição	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.
Tipo de indicador	De eficácia e eficiência acadêmica
Definições	Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Docentes em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) = O docente presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais



	(quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{\text{Número de Matrículas}}{\text{Docentes em tempo integral}}$

Tabela 11.13 – Indicador 12 – Relação de alunos por docentes em tempo integral.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Matrículas	Docentes x Pesos	Indicador
Anápolis	2010	516	28	18,43
Formosa	2010	439	26	16,88
Goiânia	2006	8.512	279	30,51
	2007	6.718	283	23,74
	2008	7.175	288	24,91
	2009	6.435	296	21,78
	2010	7.441	303	24,56
Inhumas	2007	405	23	17,61
	2008	712	40	17,80
	2009	1.090	45	24,22
	2010	1.248	57	21,89
Itumbiara	2008	91	11	8,27
	2009	550	22	25,00
	2010	616	35	17,60
Campus Jataí	2006	1.522	76	20,03
	2007	1.866	71	26,28
	2008	1.699	66	25,74
	2009	1.463	67	21,84
	2010	1.740	72	24,17
Luziânia	2010	528	26	20,31
Uruaçu	2008	84	16	5,25
	2009	547	27	20,26
	2010	757	39	19,41
CONSOLIDADO	2006	10.034	355	28,26
	2007	8.989	377	23,84
	2008	9.761	421	23,19
	2009	10.085	457	22,07
	2010	13.285	586	22,67

### Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o potencial da força de trabalho do corpo docente. Em 2010, tivemos uma relação de 22,67% alunos por docente, que se comparado com os exercícios anteriores, conforme gráfico a seguir houve uma sensível recuperação neste indicador. Isto pode ser elucidado pelo ingresso dos novos docentes das novas Unidades de Ensino que ainda estão

realizando os processos seletivos para o ingresso de todos os alunos que representarão todo seu potencial de oferta de vagas. Outra referência que pode ser utilizada para efeito comparativo é de que nas Universidades Federais essa relação é em média de 12 alunos para cada docente o que levamos a acreditar que temos também um desempenho satisfatório neste indicador.

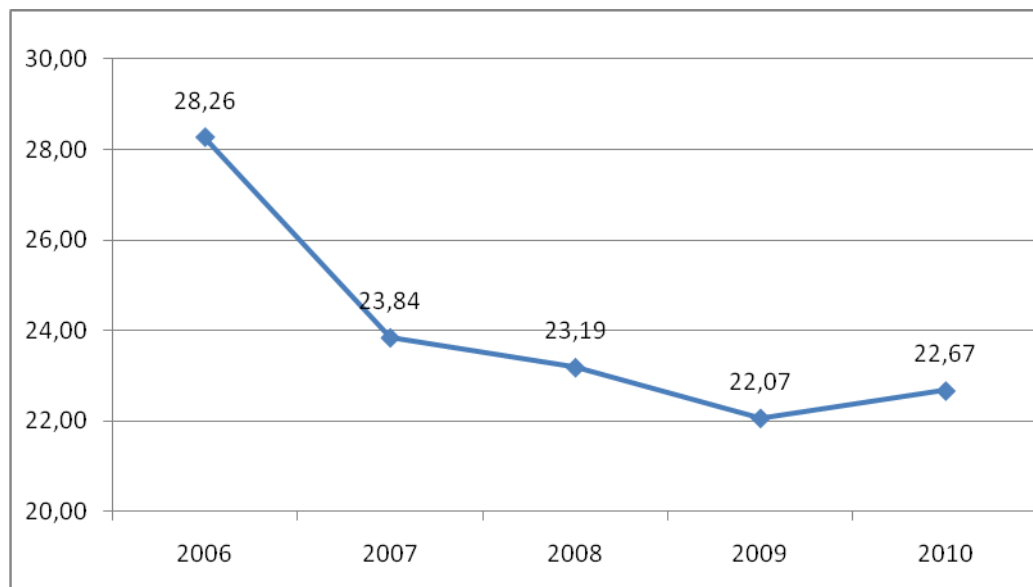


Gráfico 11.13 – Potencial da força de trabalho do corpo docente.

O quadro a seguir contempla o detalhamento da força de trabalho dos docentes do Instituto Federal de Goiás em dezembro de 2010, incluindo professores efetivos e temporários com suas respectivas titulações e carga horária.

Quadro 11.13 – Detalhamento do Corpo Docente (efetivos e temporários) e suas respectivas Titulações e Carga Horária.

Campus	Carga horária	Titulação										TOTAL	
		Graduação		Aperfeiçoamento		Especialização		Mestrado		Doutorado		2009	2010
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010		
Anápolis	DE		04				01		20		03		28
	<b>Efetivos</b>		<b>04</b>				<b>01</b>		<b>20</b>		<b>03</b>		<b>28</b>
	SUBTOTAL		04				01		20		03		28
Formosa	DE		04				04		15		03		26
	<b>Efetivos</b>		<b>04</b>				<b>04</b>		<b>15</b>		<b>03</b>		<b>26</b>
	SUBTOTAL		04				04		15		03		26
Goiânia	20 horas	03	02	01	01	02	01	02	03			08	07
	40 horas	01	01			16	10	34	25	12	11	63	47
	DE	13	14	03	03	51	43	89	114	27	37	183	211
	<b>Efetivos</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>69</b>	<b>54</b>	<b>125</b>	<b>142</b>	<b>39</b>	<b>48</b>	<b>254</b>	<b>265</b>
	20 horas	02	02							01		03	02
	40 horas	12	10			10	10	20	19	02	01	44	40
	<b>Substitutos</b>	<b>14</b>	<b>12</b>			<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>47</b>	<b>42</b>
SUBTOTAL	31	29	04	04	79	64	145	161	42	49	301	307	
Inhumas	40 horas	01						04	03	03	04	08	07
	DE	02	02	01	01	06	06	20	25	07	08	36	42
	<b>Efetivos</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>44</b>	<b>49</b>
	40 horas	01	04				02		02			01	08

Campus	Carga horária	Titulação										TOTAL	
		Graduação		Aperfeiçoamento		Especialização		Mestrado		Doutorado		2009	2010
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010		
	<b>Substitutos</b>	<b>01</b>	<b>04</b>				<b>02</b>		<b>02</b>			<b>01</b>	<b>08</b>
	<b>SUBTOTAL</b>	04	06	01	01	06	08	24	30	10	12	45	57
Itumbiara	40 horas		01			01	01	01	03			02	05
	DE	01	03			01	02	13	18	05	07	20	30
	<b>Efetivos</b>	<b>01</b>	<b>04</b>			<b>02</b>	<b>03</b>	<b>14</b>	<b>21</b>	<b>05</b>	<b>07</b>	<b>22</b>	<b>35</b>
	<b>SUBTOTAL</b>	01				02		14	21	05	07	22	35
Jataí	40 horas	01	01			01		03	02		01	05	04
	DE	01	04			20	21	20	24	03	05	44	54
	<b>Efetivos</b>	<b>02</b>	<b>05</b>			<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>03</b>	<b>06</b>	<b>49</b>	<b>58</b>
	40 horas	10	08			06	05	02	01			18	14
	<b>Substitutos</b>	<b>10</b>	<b>08</b>			<b>06</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>01</b>			<b>18</b>	<b>14</b>
	<b>SUBTOTAL</b>	12	13			27	26	25	27	03	06	67	72
Luziânia	DE		05				03		16		02		26
	<b>Efetivos</b>		<b>05</b>				<b>03</b>		<b>16</b>		<b>02</b>		<b>26</b>
	<b>SUBTOTAL</b>		05				03		16		02		26
Uruaçu	40 horas					03	04	04	04	01	01	08	09
	DE		04		01	08	10	10	13	01	02	19	30
	<b>Efetivos</b>		<b>04</b>		<b>01</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>27</b>	<b>39</b>
	<b>SUBTOTAL</b>		04		01	11	14	14	17	02	03	27	39
TOTAL	20 horas	03	02	01	01	02	01	02	03			08	07
	40 horas	03	03			21	15	46	37	16	17	86	72
	DE	17	40	04	05	86	90	152	245	43	67	302	447
	<b>Efetivos</b>	<b>23</b>	<b>45</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>200</b>	<b>285</b>	<b>59</b>	<b>84</b>	<b>396</b>	<b>526</b>
	20 horas	02	02							01		03	02
	40 horas	23	22			16	17	22	22	02	01	63	62
	<b>Substitutos</b>	<b>25</b>	<b>24</b>			<b>16</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>66</b>	<b>64</b>
<b>TOTAL</b>	48	69	05	06	125	123	222	307	62	85	462	590	

Fonte: SIAPE e Cadastro da DDRH.

Nos últimos anos, a Instituição tem calculado dois indicadores que fazem referência a força de trabalho e o número de alunos matriculados e a evolução da titulação do corpo docente. Sendo o primeiro apresentado no Capítulo 11 deste relatório e o segundo está demonstrado a seguir.

Quadro 11.14 – Índice de Titulação do Corpo Docente.

Descrição	Quantificar o índice de titulação do corpo docente (efetivo e em contrato temporário).
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Titulação dos docentes = a titulação do corpo docente é dividida em 05 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.
Fórmula de Cálculo e Método de aferição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$

Tabela 11.14 – Índice de Titulação do Corpo Docente.

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Titulação x pesos	Titulação	Indicador
Anápolis	2010	102	28	3,64
Formosa	2010	91	26	3,50
Goiânia	2005	706	287	2,46
	2006	797	286	2,79
	2007	798	235	3,40
	2008	881	247	3,57
	2009	1.066	301	3,54
	2010	1.118	307	3,64
Inhumas	2007	94	23	4,09
	2008	151	40	3,78
	2009	170	45	3,78
	2010	212	57	3,72
Itumbiara	2008	42	11	3,82
	2009	88	22	4,00
	2010	132	35	3,77
Jataí	2005	163	72	2,26
	2006	187	76	2,46
	2007	180	49	3,67
	2008	172	48	3,58
	2009	208	67	3,10
	2010	229	72	3,18
Luziânia	2010	88	26	3,38
Uruaçu	2008	55	16	3,44
	2009	99	27	3,67
	2010	131	39	3,36
CONSOLIDADO	2005	869	359	2,42
	2006	984	362	2,72
	2007	1.072	307	3,49
	2008	1.301	362	3,59
	2009	1.631	462	3,53
	2010	2.103	590	3,56

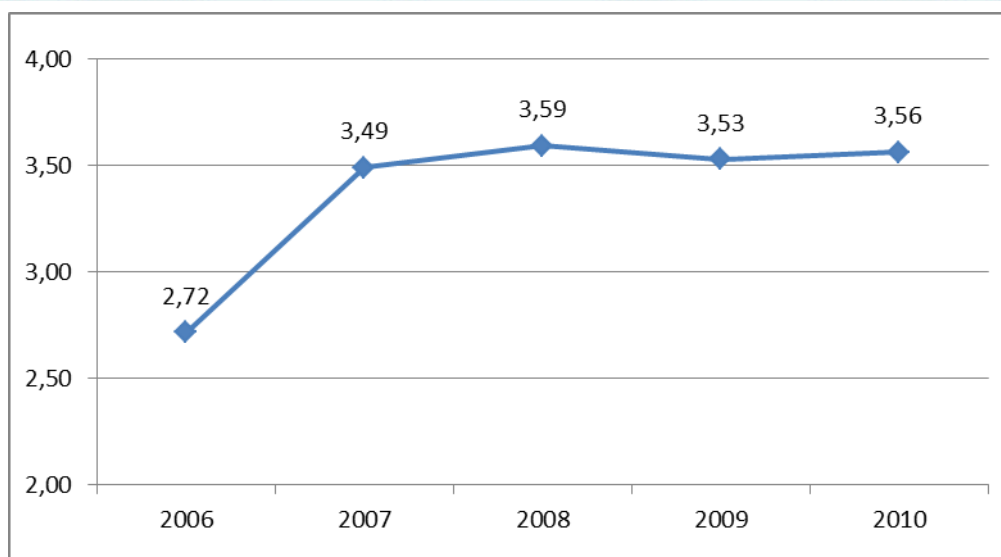


Gráfico 11.13 – Evolução da titulação do corpo docente.

Através desse indicador é possível dimensionar o nível de titulação do corpo docente. Considera-se esse, como sendo um dos principais indicadores qualitativos, com reflexo direto na formação do corpo docente. Em 2010, o índice de 3,56% foi considerado satisfatório pelo histórico evolutivo desse indicador nos últimos cinco anos, demonstrando que a Instituição vem se preparando para desenvolver maiores competências e habilidades na sua responsabilidade institucional. Porém, entende-se que as Instituições devem perseguir um índice mais próximo ao ideal: 5,00% – onde todos os docentes tenham titulação de doutorado ou pós-doutorado.

Assim sendo, percebe-se pelos dados apresentados na Tabela 4.1 e no Gráfico 4.1 que a Instituição tem envidado esforços nos últimos três anos para qualificar e requalificar seus docentes, incluindo parcerias com diferentes instituições de ensino para a oferta de mestrado e doutorado e uma política permanente de programas institucionais de fomento a pesquisa (PROAPP) e de incentivo a qualificação (PIGE e PIQS). Outra política do IFG tem sido a austeridade na contratação de professores temporários como também na realização de concursos públicos para professores efetivos, exigindo qualificações imprescindíveis à atuação dos mesmos na Instituição, isto é, nos três eixos de formação integral do estudante (ensino, pesquisa e extensão).

Além disso, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação tem realizado o acompanhamento das atividades dos servidores afastados para pós-graduação. Os objetivos do acompanhamento dessas atividades são avaliar o desempenho do servidor no programa de pós-graduação, observar a consonância das atividades de pós-graduação com os interesses institucionais e registrar a produção científica e acadêmica do servidor afastado.

### 11.2.7. Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

Quadro 11.15 – Especificação do Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.

Descrição	Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas IFE's.
Tipo de indicador	De eficácia
Definições	Conforme anexo do Ofício Circular nº 40/2006/CGSIFEP/DPAI/SETEC/MEC este indicador não

	tem definição.
Método de Cálculo	Conforme anexo do Ofício Circular nº 40/2006/CGSIFEP/DPAI/SETEC/MEC este indicador não possui método de cálculo definido.
RFP =	Quantidade de alunos por renda familiar per capita
SM =	Salário mínimo

Tabela 11.15 – Indicador 13 – Número de alunos matriculados e classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar.

Faixa salarial	Matrículas					Porcentagem				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Menos de 1 salário mínimo	18	04	15	41	769	0,84	1,10	1,65	3,39	5,89
De um a três salários mínimos	587	142	363	515	7.757	27,49	39,01	39,93	42,60	59,42
Mais de três a 6 salários mínimos	1.530	218	531	653	3.504	71,66	59,89	58,42	54,01	26,84
De 6 a 10 salários mínimos					782					5,99
Mais de dez salários mínimos					243					1,86
Total de Alunos matriculados	2.135	364	909	1.209	13.055	100,0	100,00	100,00	100	100,00

### Análise Crítica

Através desse indicador é possível avaliar o nível sócio-econômico do corpo discente. No IFG, ao valorizar o seu papel de instituição pública, tem ao longo de sua trajetória, dado destaque ao fortalecimento de políticas inclusivas, principalmente, de combate à exclusão social. A consciência de que a educação é um bem público, e que por isso mesmo precisa ser universalizada a todos os membros da sociedade, independente de cor, etnia ou condição sócio-econômica tem norteado a maioria das ações institucionais.

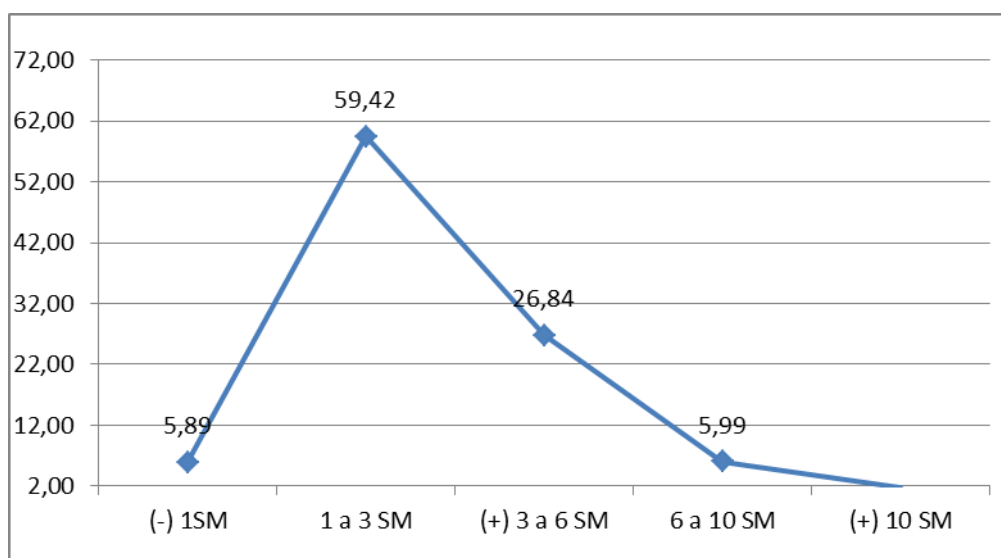


Gráfico 11.14 – Renda per capita familiar dos discentes do IFG EM 2010.



Entende-se que abrir espaços para aqueles que são “diferentes”, não é tarefa fácil, já que a sociedade está muito mais preparada para atender àqueles que estão dentro dos padrões considerados normais de aprendizagem. No entanto, há que se compreender que muitos destes jovens e adultos considerados “fracos”, não o são por que querem e sim por que não tiveram chances de desenvolver de forma plena suas potencialidades, por muitos motivos, entre eles, o trabalho precoce, a falta de oportunidades de vida, a falta de recursos para se manter estudando e a falta de escolas públicas de qualidade.

Assim, o IFG, por ser uma escola pública comprometida com a educação para todos, tem buscado através de seu Projeto Político-Pedagógico ampliar seu alcance de atuação, e através dos vários Projetos Educacionais desenvolvidos, tem procurado garantir a todos os cidadãos possibilidades diversas de inserção social através da Educação Tecnológica. Daí, a sua prioridade para a profissionalização de jovens e de adultos e dos portadores de necessidades especiais; para a inclusão cultural e digital; para as ações voltadas à educação continuada e à expansão da educação tecnológica na região, além de internamente buscar mecanismos de melhorar as condições de acesso e de permanência de seu corpo discente.

Neste sentido, o IFG tem buscado proporcionar a permanência do estudante carente na Instituição, oferecendo Bolsas de Estudos e Monitoria juntamente com os ambientes adequados ao aprendizado, tais como: bibliotecas, laboratórios de informática com acesso a internet e específicos das áreas tecnológicas, atividades esportivas e culturais, conforme quadro abaixo.

Além disso, faz a concessão de bolsas aos estudantes, também detalhadas no quadro a seguir, de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IFG – PBIC/IFG, a participação em eventos científicos e tecnológicos e a experiência na prática dos conteúdos teóricos apreendidos.

Quadro 11.16 – Quantidade de bolsas concedidas no IFG aos estudantes.

Campus	2009			2010		
	IC	EM	VT	IC	EM	VT
Reitoria				44	20	
Anápolis					32	22
Formosa					23	130
Goiânia	115	917	1.791	124	1.107	1.712
Inhumas	108	121	193	189	146	520
Itumbiara				67	90	64
Jataí	61	261	424	108	246	363
Luziânia					30	55
Uruaçu				13	78	117
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>306</b>	<b>1.418</b>	<b>2.748</b>	<b>545</b>	<b>1.772</b>	<b>2.983</b>

Legenda: IN – Bolsas de Iniciação Científica; EM – Bolsas de Estudos e Monitoria; VT – Visitas Técnicas.

## CONCLUSÃO

O exercício de 2010 foi um ano bastante profícuo para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Iniciamos o exercício com cinco unidades em funcionamento (Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu e Itumbiara).

É fácil entender que a implantação de um campus, a sua consolidação e pleno funcionamento dependem de um trabalho intenso e articulado trabalho em equipe, pautado por um planejamento criterioso e que deve refletir a concepção da responsabilidade social e política da Instituição.

Muito mais do que o expressivo crescimento do Instituto Federal de Goiás, toda a equipe de gestores, com a efetiva participação de servidores e alunos, tem atuado de forma convicta e dedicada à nova institucionalidade. A transformação em Instituto tem exigido de toda a Instituição uma outra postura. O desenvolvimento de programas, projetos e ações exigem, a cada dia, uma maior participação da comunidade acadêmica.

Neste sentido o Instituto Federal de Goiás tem trabalhado no fortalecimento das instâncias de consultas e deliberações como o Colegiado de Departamentos e Conselho Departamental das Áreas Acadêmicas, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Colégio de Dirigentes e a sua instância máxima, o Conselho Superior. Tem atuado na proposição e aprovação de regulamentações que disciplinam e orientam as ações institucionais.

A elaboração e apresentação das propostas de Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional são exemplos claros da atuação do Instituto Federal de Goiás para a sua organização e fortalecimento frente à sociedade.

Neste exercício de 2010, de uma única vez, colocamos em funcionamento três outras unidades (Anápolis, Formosa e Luziânia) que, somadas às cinco unidades citadas anteriormente, reforçam o grande sistema de ensino em que está se consolidando o Instituto Federal de Goiás.

Este Relatório de Gestão do Exercício de 2010 detalha as ações desenvolvidas pelos campi e pela reitoria do Instituto Federal de Goiás. Neste sentido convidamos a comunidade acadêmica e a sociedade para fazerem a leitura criteriosa deste documento que traduz-se numa prestação de contas e ao mesmo tempo em um convite para a participação neste importante projeto para o fortalecimento e engrandecimento desta Instituição que a cada dia se transforma, cada vez mais, em um valioso patrimônio da sociedade.

## **ANEXOS**